



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO**

PATRÍCIA GÊMILY GRENFELL DE OLIVEIRA

**A INSURGÊNCIA CIDADÃ E A GESTÃO DE CIDADES: UM ESTUDO
SOBRE MOVIMENTOS INSURGENTES E SUAS INTERAÇÕES
COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

FORTALEZA – CEARÁ

2018

PATRÍCIA GÊMILY GRENFELL DE OLIVEIRA

A INSURGÊNCIA CIDADÃ E A GESTÃO DE CIDADES: UM ESTUDO
SOBRE MOVIMENTOS INSURGENTES E SUAS INTERAÇÕES
COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Administração do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração. Área de concentração: Relações interorganizacionais e ambientes.

Orientador: Prof.^o Dr. Hermano José Batista de Carvalho.

FORTALEZA – CEARÁ

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Oliveira, Patrícia Gêmily Grenfell de .

A insurgência cidadã e a gestão de cidades: um estudo sobre movimentos insurgentes e suas interações com a administração pública municipal [recurso eletrônico] / Patrícia Gêmily Grenfell de Oliveira. - 2018 .

1 CD-ROM: il.; 4 ¾ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 91 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Acadêmico em Administração, Fortaleza, 2018 .

Área de concentração: Relações interorganizacionais e ambientes..

Orientação: Prof. Dr. Hermano José Batista de Carvalho..

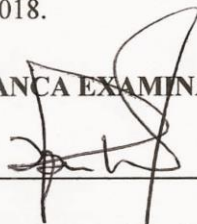
PATRÍCIA GÊMILY GRENFELL DE OLIVEIRA

**A INSURGÊNCIA CIDADÃ E A GESTÃO DE CIDADES: UM ESTUDO SOBRE
MOVIMENTOS INSURGENTES E SUAS INTERAÇÕES COM A
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Acadêmico em Administração do Programa de Pós Graduação em Administração do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Administração. Área de concentração: Relações interorganizacionais e ambientes.

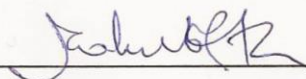
Aprovado em: 12 de setembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Hermano José Batista de Carvalho (Orientador)

Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof. Dr. Francisco Roberto Pinto (Membro interno)

Universidade Estadual do Ceará – UECE



Profa. Dra. Tereza Cristina Batista Lima (Membro Externo)

Universidade Federal do Ceará – UFC

Dedico este trabalho à minha mãe querida, Angelita Grenfell Quirino de Oliveira, ao meu pai, Marquisael Quirino de Oliveira, ao meu amor e marido, Giuseppe Kievvy Soares de Lira, à minha pequena Beatriz Grenfell de Lira, e a todos que acreditaram em mim e contribuíram de forma direta ou indireta com meu crescimento acadêmico.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que sempre me deu forças para encarar os obstáculos da vida e por colocar pessoas maravilhosas no meu caminho.

Aos meus pais e grandes amigos, Marquisael Quirino e Angelita Grenfell, que sempre estiveram ao meu lado, me dando amor, educação e todo o apoio necessário para minha formação como ser humano e profissional.

Ao meu marido Giuseppe pela dedicação, paciência, carinho, companheirismo, sempre me estimulando e dando força, além de fazer aquele cafezinho nas noites de estudo.

À minha pequena Beatriz, por ter trazido luz e mais felicidade aos meus dias, por cada sorriso e abraço que me dão ânimo e mais sentido para minha caminhada.

Aos amigos e colegas de turma que caminharam junto comigo e me ajudaram a passar pelos dias mais difíceis, tornando a caminhada mais leve.

Ao meu orientador e amigo, professor Dr. Hermano Carvalho, por cada gesto de atenção, orientação e por cada palavra de incentivo.

A todos que foram meus professores durante o Mestrado em Administração na Universidade Estadual do Ceará, por contribuírem para a conclusão de mais esta etapa em minha vida.

Aos professores Dr. Francisco Roberto Pinto e Dra. Tereza Cristina Batista Lima por aceitarem, gentilmente, fazer parte da Banca Examinadora e por todas contribuições oferecidas.

“Deixai a ingenuidade e vivereis, segui o caminho da inteligência”.

(Provérbios 9:6)

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo compreender a dinâmica dos grupos insurgentes, suas características gerais, peculiaridades específicas e interações com a gestão pública. A revisão da literatura aborda três eixos teóricos: complexidade e gestão de cidades; auto-organização e emergência nas cidades e cidadania insurgente. Nesta pesquisa compreendemos as cidades pela perspectiva dos sistemas complexos, composta por diversos atores sociais que se inter-relacionam e geram comportamentos emergentes que transformam as dinâmicas das cidades. Outro tema abordado é a cidadania diferenciada, trazida por Holston (2013), que desempenha um papel motor para a insurgência cidadã. Quanto à metodologia, a presente pesquisa é de abordagem qualitativa, realizada por um estudo multicascos; quanto aos fins, é tipificada como exploratória e descritiva; e quanto aos meios, foi realizada uma pesquisa documental e de campo. A pesquisa de campo processou-se por entrevistas em profundidade, realizadas com quatro coletivos urbanos da cidade de Fortaleza, sendo orientadas por um roteiro semiestruturado. Utilizou-se também a técnica de análise de conteúdo. Após a transcrição e categorização das entrevistas, foram utilizadas quatro categorias com o intuito de promover uma maior precisão na análise dos dados. Considerando os resultados dessa pesquisa, pode-se confirmar que a lente teórica da Complexidade se mostrou apropriada para compreender o objeto estudado. Pode-se concluir que os grupos e movimentos insurgentes desempenham um papel político e social importante na transformação das cidades e da sociedade. Revela-se importante que a Gestão Pública procure uma maior interação com esses grupos e movimentos, visto que estes possuem grande noção e conhecimento empírico das necessidades reais da população.

Palavras-chave: Emergência e auto-organização. Gestão de cidades. Cidadania insurgente. Grupos insurgentes.

ABSTRACT

The present research aims to understand the dynamics of insurgent groups, their general characteristics, specific peculiarities and interactions with the public administration. The literature review addresses three theoretical axes: complexity and management of cities; self-organization and emergency in cities and insurgent citizenship. In this research, we understand the cities from the perspective of complex systems, composed of several social actors that are interrelated and generate behaviors that transform the dynamics of cities. Another topic addressed is the differentiated citizenship, brought by Holston (2013), who plays a driving role for the citizen insurgency. Regarding the methodology, the present research is qualitative study, carried out by a multicase study; for the purposes, is as exploratory and descriptive research; as to the means, is a documentary and field research. The field research was carried out through interviews in with four urban collectives of the city of Fortaleza, being guided through a semi-structured script. The analysis technique was the content analysis. After the transcription and categorization of the interviews, we used four categories in order to promote greater accuracy in data analysis. Considering the results of this research, it can be confirmed that the theoretical Complexity was appropriate to understand the object studied. We can conclude that insurgent groups and movements are important players in political and social, for the transformation of cities and society. It turns out to be important that Public Management seeks greater interaction with these groups and movements since they have a great notion and empirical knowledge of the real needs of the population.

Keywords: Emergence and self-organization. City management. Insurgent citizenship. Insurgent groups.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Marca do Coletivo Ciclanas	40
Figura 2 –	Marca do Movimento Pró-Árvore.....	41
Figura 3 –	Marca do Coletivo Dois Vetim.....	41
Figura 4 –	Marca do Coletivo Afro Raízes.....	42
Figura 5 –	Esquema de Análise das Informações Qualitativas.....	45
Figura 6 –	Oficina de câmera obscura	47
Figura 7 –	Grupo de mulheres do Coletivo Ciclanas.....	48
Figura 8 –	Protesto do Movimento Pró-Árvore.....	49
Figura 9 –	Integrantes do Coletivo Afro Raízes.....	50
Figura 10 –	Cartaz da Oficina de Câmera Obscura	62
Figura 11 –	Exposição Fotográfica do Coletivo Dois Vetim.....	63
Figura 12 –	Oficina de Câmera obscura.....	63
Figura 13 –	Protesto do Coletivo Ciclanas.....	65
Figura 14 –	Cartaz Saia Pedalando.....	65
Figura 15 –	Cartaz do Cineciclanas	66
Figura 16 –	Mesa de sementes.....	67
Figura 17 –	Plantação de árvores.....	68
Figura 18 –	Plantas Nativas do Ceará	68
Figura 19 –	Cartaz Baile Black.....	70
Figura 20 –	Oficina de Abayomi.....	71
Quadro 1-	Princípios da Complexidade – Almeida (2004)	20
Quadro 2-	Princípios da Complexidade – Teodoro (2015).....	22
Quadro 3-	Subcategorias da pesquisa.....	44
Quadro 4 –	Resumos dos principais resultados encontrados.....	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CUCA	Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte
EEICO	Entender, Estimular, Interagir, Compartilhar e Observar
GIC	Gestão Inteligente de Cidades
POCCC	Planejar, Organizar, Comandar, Coordenar e Controlar
SECULT	Secretaria de Cultura
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente do Ceará
SEUMA	Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente de Fortaleza
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
URBIFOR	Autarquia de Urbanismo e Paisagismo de Fortaleza

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1	COMPLEXIDADE E GESTÃO DE CIDADES	17
2.1.1	Teoria da complexidade	17
2.1.2	Teoria da complexidade aplicada à gestão de cidades	23
2.1.3	Gestão de cidades	27
2.2	A AUTO-ORGANIZAÇÃO E A EMERGÊNCIA NAS CIDADES	30
2.3	A INSURGÊNCIA CIDADÃ, SUAS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS	33
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	39
3.1	A NATUREZA E TIPOLOGIA DO ESTUDO	39
3.2	UNIVERSO DE PESQUISA E DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA	40
3.3	INSTRUMENTO DE PESQUISA, COLETA E ANÁLISE DOS DADOS ...	42
4	ANÁLISE DOS DADOSErro! Indicador	46
4.1	SURGIMENTO E HISTÓRIA	46
4.1.1	Coletivo Dois Vetim	46
4.1.2	Ciclanas	47
4.1.3	Movimento Pró árvore	48
4.1.4	Coletivo Afro Raízes	49
4.2	CARACTERÍSTICAS GERAIS E PECULIARIDADES	50
4.2.1	Coletivo Dois Vetim	50
4.2.2	Coletivo Ciclanas	53
4.2.3	Movimento Pró árvore	56
4.2.4	Coletivo Afro Raízes	58
4.3	INTERVENÇÕES E CONSEQUÊNCIAS	61
4.3.1	Coletivo Ciclanas	61
4.3.2	Movimento Pró árvore	63
4.3.3	Coletivo Afro Raízes	64
4.4	INTERAÇÕES COM OUTROS GRUPOS E COM A GESTÃO PÚBLICA	67
4.4.1	Coletivo Dois Vetim	67
4.4.2	Coletivo Ciclanas	68

4.4.3	Movimento Pró Árvore	68
4.4.4	Coletivo Afro Raízes	68
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
	REFERÊNCIAS	75
	APÊNDICES.....	80
	APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS MEMBROS	
	DOS GRUPOS INSURGENTES.....	81
	APÊNDICE B – DOCUMENTOS PROTOCOLARES DA PESQUISA	
	QUALITATIVA.....	83

1 INTRODUÇÃO

Estudos e discussões sobre os espaços urbanos abordando assuntos relacionados a sua dinâmica e seus fenômenos têm sido recorrentes. Johnson (2003) afirma que os espaços urbanos são formados por interações, que são frutos dos comportamentos emergentes, possuem como características a dinamicidade, a flexibilidade e surgem de forma voluntária, a partir de um processo auto-organizado, com características complexas que dão vida e inovação às cidades.

Castells (2011) se refere ao espaço urbano, como uma mistura de valores e comportamentos, chamado cultura urbana, que torna a urbanização um processo aberto com arranjos complexos que formam a rede urbana. A compreensão do espaço urbano como uma grande rede de conexões e suas dimensões (física e imaterial) é uma nova maneira de entender as cidades, o que vem constituindo um novo paradigma para esse campo de estudo (PORTUGALI, 2012).

A partir desse novo paradigma, Ponchirolli (2007) ratifica que o surgimento dessa nova perspectiva emerge de uma racionalidade baseada na totalidade do ser humano por meio do ser, pensar, agir e de suas interações. Por sua vez, Portugali (2012) corrobora que as cidades são ambientes complexos e estão constantemente em estado de emergência e desequilíbrio, revelando sempre elementos não lineares. Assim, a cidade constitui um sistema aberto, gerando o fenômeno da autoprodução e auto-organização.

Pinto, Carvalho e Câmara (2015) afirmam que as teorias clássicas de urbanismo permanecem tratando as cidades sob a perspectiva da previsibilidade, sendo passíveis de controle e planejamento tradicionais. Ou seja, continuam sendo vistas como sistemas fechados na busca por equilíbrio e entropia, sem levar em conta que os fenômenos que surgem nas cidades ocorrem mais de maneira autônoma e espontânea do que planejada (JOHNSON, 2003). Assim, faz-se necessário olhar para as cidades pelo prisma da teoria da complexidade, visto que essa teoria busca compreender seus objetos por meio das relações entre suas partes e o meio, de maneira imprevisível e complexa.

A cidade, sob a perspectiva dos sistemas auto-organizados, possui um comportamento adaptativo que se auto-regula por meio da sinergia que surge de maneira espontânea entre seus agentes sociais e que podem possibilitar transformações nesse ambiente (PORTUGALI, 2012). Deste modo, o *bottom-up*

surge como uma das principais características da emergência nas cidades, o que gera processos de desenvolvimento variados e dinâmicos através de ações e comportamentos de seus agentes, sendo produtos de intenções, planos, normas sociais e culturais e de pressão política, entre outras interações (JOHNSON, 2003; PORTUGALI, 2012).

Esse posicionamento é corroborado por Lima (2015), ressaltando que as formas associativas que emergem das cidades aumentaram muito com a sociedade em rede, e que esse crescimento se mostra emergente na busca por transformações na sociedade, como no seguinte trecho:

A informação, na sociedade em rede, contribuiu para ampliar sensivelmente as formas associativas. A movimentação solidária de grupos — empenhados na redistribuição de recursos e na afirmação da diversidade de vida —, é exemplo desse contexto de emergência, em que as práticas críticas e ativistas são modificadas na sociedade de informação, apontando um horizonte de transformações calcadas numa política de equidade (LIMA, 2015 p.41).

Tais formas associativas citadas pelo autor são formadas a partir de atores sociais que compõem a comunidade, com ou sem a consciência de que estão sendo produzidas. Elas emergem das necessidades e vontades espontâneas encontradas no dia-a-dia dos cidadãos, como pode ser visto nos grupos insurgentes.

Para efeito deste trabalho, consideram-se grupos insurgentes aqueles que reúnem as características de auto-organização e emergência, mas que apresentam como diferencial marcante o fato de prestarem serviços à população, sejam eles lícitos ou ilícitos, formais ou informais, que tenham como origem e destino a própria comunidade, e que, de alguma forma, não estão sendo executados pelo “*status quo*” do poder público.

Com base nesse contexto, surgem as questões de pesquisa que fundamentam este estudo: Quais características possuem os grupos e associações insurgentes e quais papéis desempenham como atores sociais? Como acontece a interação desses grupos com a gestão pública e como influenciam na gestão da cidade?

Assim, tem-se como objetivo geral deste trabalho: **Compreender a dinâmica dos grupos insurgentes, suas características gerais, peculiaridades específicas e interações com a gestão pública.** Por meio do entendimento da

dinâmica das cidades e de seus atores sociais, desperta-se a necessidade de compreender essas associações e grupos insurgentes e seus papéis na sociedade.

Diante disso, os objetivos específicos ficam assim definidos: i) Verificar em qual contexto os grupos insurgentes surgiram; ii) Identificar características gerais comuns dos grupos, tais como elementos de auto-organização, dinamicidade e insurgência, além de peculiaridades específicas de cada grupo estudado; iii) Levantar as principais intervenções realizadas pelos grupos na cidade de Fortaleza e iv) Compreender como acontecem as interações dos grupos com outros grupos insurgentes e com a gestão pública.

Este estudo torna-se relevante diante da lacuna verificada, através da revisão da literatura, visto que não foram encontradas pesquisas que abordem este tema na área da gestão e, principalmente, que abordem as interações desses grupos com a gestão pública, quando observados sob o seu caráter de insurgência cidadã à luz da Teoria da Complexidade de Cidades.

Assim, busca-se contribuir com o incremento do conhecimento no campo da gestão de cidades, visto ser um tema novo para área das ciências sociais aplicadas, em especial para a Administração, proporcionando uma compreensão mais ampla e crítica na busca por uma gestão pública mais efetiva.

A presente pesquisa está estruturada em cinco seções. A primeira seção é a introdução, que contempla uma contextualização sobre o tema, a questão que fundamenta tal pesquisa, os objetivos e lacunas que motivaram a realização da pesquisa. A segunda seção consiste na fundamentação teórica, envolvendo os principais conceitos que norteiam o estudo. Nela objetivou-se compreender o estado da arte sobre a teoria da complexidade de cidades, além de abordar tópicos relacionados à auto-organização e à emergência, insurgência cidadã e gestão de cidades.

Em seguida, na terceira seção são apresentados os procedimentos metodológicos adotadas na pesquisa, como sua natureza, especificação do problema de pesquisa, universo da pesquisa, amostra, critérios de escolha da amostra, descrição de cada grupo estudado. Além da coleta, como os métodos de investigação, as técnicas utilizadas e os instrumentos de pesquisa e, por fim, o modelo de análise dos dados.

A quarta seção traz a análise dos dados. Nela são discutidos e analisados, por quatro categorias, os resultados do campo. Na quinta e última seção

são mostradas as considerações finais do trabalho que apresenta uma síntese da pesquisa, com discussões e resultados encontrados referentes ao objetivo geral e aos específicos; apresentam-se também as limitações encontradas durante todo o processo da presente pesquisa e as recomendações para pesquisas futuras. Na sequência, são apresentados, pela ordem, as referências, apêndices e anexos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico busca sintetizar aspectos importantes sobre o estudo em questão, englobando a teoria da complexidade, seu enfoque dedicado às cidades, a gestão de cidades, auto-organização e emergência e a insurgência cidadã.

2.1 COMPLEXIDADE E GESTÃO DE CIDADES

Nesta sub-seção será abordado o surgimento da Teoria da Complexidade e seus desdobramentos, a Teoria aplicada à gestão de cidades, além da discussão sobre a Gestão de cidades na atualidade.

Na busca por substituir as ideias de antigos pilares científicos e visando uma nova conjunção científica, a teoria da complexidade surge para preencher uma lacuna encontrada nas ciências. Pois, à medida em que a realidade se torna complexa, a ciência necessita ser reestruturada (TEODORO, 2013).

2.1.1 Teoria da complexidade

Os avanços tecnológicos do início do século XX trouxeram uma grande aceleração para a história das ciências, na busca por tratar das multiplicidades de fenômenos e problemas da época. O conhecimento científico evoluiu e trouxe para a sociedade uma explosão de novos conhecimentos e campos de estudos. Assim, a evolução dessas ciências como a teoria dos sistemas, a cibernética, as ciências cognitivas, a biologia, a ecologia, geofísica, astrofísica, a cosmologia, entre outras áreas do conhecimento, contribuíram de maneira significativa para a base da teoria da complexidade (ALMEIDA, 2004).

A ideia de pensar em sistemas de forma ampla e abrangente, deu-se por volta da década de 1920, junto com o aumento de sistemas da engenharia com mecanismo de controle, geralmente *top down*. A partir de então, foi ganhando espaço, sendo utilizado para problemas militares no campo da cibernética. Passou também a ser aplicada a sistemas mecânicos e elétricos, onde o controle se dava no conceito de *feedback* negativo, na busca por atingir o equilíbrio. Foi reforçada com a maneira pela qual os sistemas biológicos mantinham suas estruturas, se difundindo nas áreas da matemática com nomes como o de Lotka, Rashevsky e na biologia

com Bertalanffy (PORTUGALI, 2012).

Dessa maneira, a teoria dos sistemas surge com o conceito de que os sistemas eram compostos de partes interagentes, gerando funções que os mantinham em andamento. Tais estruturas seriam resilientes, utilizando-se de diversos mecanismos de controle para sustentarem o equilíbrio, o que era o estado comum dos sistemas, que se mantinham por meio do *feedback* negativo. Outra característica importante da teoria foi a hierarquia em relação a uma ordem superior de subsistemas e suas partes.

Portugali (2012) aponta três principais razões para a teoria dos sistemas ter se tornado tão popular: 1) havia muitas disciplinas que ainda estavam sendo estabelecidas, em particular nas ciências sociais, e a noção de que seus sistemas de interesse tinham as mesmas ideias do sistema geral parecia fazer sentido; 2) o fato de que muitas disciplinas foram fundidas em profissões que exigiam que suas teorias fossem aplicáveis a vários tipos de ações e políticas humanas; e 3) referia-se à noção de que o equilíbrio dinâmico parecia ser a condição dominante de muitos sistemas. No entanto, a ideia de equilíbrio não pôde ser aplicada a certos fenômenos, como por exemplo, o da recessão econômica que o mundo passava em 1930, fazendo com que os estudiosos não se dessem por satisfeitos com a teoria e continuassem em busca de novos conhecimentos e ideias.

Na contemporaneidade, o pensamento complexo se desenvolveu por meio de duas revoluções científicas: na incerteza da termodinâmica, cosmo-física e física quântica, que desencadeou reflexões epistemológicas de Popper, Kuhn, Holton, Lakátos entre outros; e na revolução sistêmica nas ciências da terra e ciência ecológica com nomes como Maturana e Cyrulnik (Teodoro, 2015).

Diversas premissas sobre a complexidade já eram disseminadas em vários campos do conhecimento. Porém, a teoria da complexidade emergiu a partir do rompimento de quatro pilares científicos: 1) a ordem, que compreende o universo controlado por leis deterministas; 2) o princípio da separabilidade, no qual qualquer fenômeno pode ser separado em elementos simples, para ser analisado; 3) o princípio da redução, que descreve o que é perceptível por meio da quantificação mensurável; e 4) a lógica indutiva-dedutiva, que foca na razão, através da linearidade e princípios de causa-efeito (ALMEIDA, 2004). Assim, a teoria da complexidade mostra-se como um rompimento paradigmático no conhecimento científico, visto que emerge de uma nova racionalidade com raízes na totalidade dos

fenômenos e suas interações (PONCHIROLLI, 2007).

É inegável a influência que a teoria dos sistemas teve para a teoria da complexidade, visto que ela também busca compreender os fenômenos como um sistema, mas com princípios diferentes (PORTUGALI, 2012). Cowan (1994), um dos responsáveis pela popularização da teoria da complexidade, afirma que a palavra complexidade está relacionada a um sistema com muitas partes diferentes, que possui um processo misterioso de auto-organização, e faz com que tais sistemas se tornem mais ordenados e possuam maior fluxo de troca de informações do que sistemas que operam em equilíbrio termodinâmico com o ambiente (COWAN, 1994).

Muitos cientistas foram importantes para a construção e consolidação da teoria da complexidade. Porém, Edgar Morin é considerado o pai do método complexo, pois se apropriou de conceitos de diversas áreas do conhecimento para a construção deste pensamento. Enxergar por meio das lentes da Teoria da Complexidade, é saber que os fenômenos possuem princípios de incerteza e incompletude (MORIN, 2005). Trata-se de um método que dialoga com a incerteza, imprevisibilidade e a causalidade múltipla, garante o respeito às diferentes dimensões do fenômeno estudado e pode ser usado por qualquer área do conhecimento.

Um sistema complexo, muitas vezes, não é previsível apenas conhecendo suas condições iniciais ou até mesmo sua dinâmica, não sendo possível fazer previsões sem criar um modelo e realizando uma simulação. Assim, um preceito primordial dos sistemas humanos é que são criativos e inovadores, ou seja, imprevisíveis (PORTUGALI, 2012). Outro ponto importante é que o pensamento complexo pressupõe compreender o fenômeno por meio do processo da auto-organização, contendo contradições e composto ao mesmo tempo das partes e do todo, sendo sempre o todo maior que a soma das partes (TEODORO, 2015).

Mariotti (2007) compreende a complexidade das relações entre homem, natureza e relações sociais composta por muitas contradições, situações de impasse, em que os antagônicos não podem ser conciliados, mas, precisam estar juntos. Portanto, a complexidade contrapõe concepções contrárias na busca por complementaridade e permite que as diversidades e singularidades dos fenômenos se conectem (PINHEIRO, 2017).

Morin (2011) afirma que ao se pensar em complexidade não se deve

relaciona-la a desordem, confusão, mas sim pensar em uma realidade, considerando as diversas dimensões que a envolve. Almeida (2004), aborda onze princípios da complexidade (Quadro 1). Ainda que não tenha a intenção de concretizar o conceito sobre complexidade, tais princípios auxiliam no alcance do pensamento complexo, facilitando sua compreensão:

Quadro 1 - Princípios da Complexidade – Almeida (2004)

Princípios da Complexidade	
Diferentes Níveis de complexidade	Quanto mais aberto for um sistema, quanto mais domínios o acometem, mais complexo ele será;
Indivisível	O complexo não permite sua divisibilidade, visto ser composto por elementos heterogêneos inseparavelmente associados;
Incerto	Há incertezas em todo fenômeno complexo, que podem ser empíricas ou teóricas. Quanto maior a complexidade, maior é o peso da incerteza;
Imprevisível	A imprevisibilidade está diretamente ligada a incerteza, pois incidem sobre ela elementos diversos. Não é possível identificar tendência em um fenômeno complexo;
Instável	O complexo é não determinístico, não linear e instável, pois não é regido por leis universais imutáveis, não sendo possível delimitar uma linearidade para os fenômenos complexos, visto terem por característica a instabilidade;
Auto-organizável	Os sistemas complexos são sistemas abertos, dependem do meio para troca de informações para se manter, tratam as informações que lhe chegam pelos seus padrões internos e, quanto mais flexíveis esses padrões, maior a capacidade do sistema de absorver informações externas de sua interação com o meio;
Inacabamento	Está em constante estado de mudança, evolução, transformação. Sempre apto a alterar seus padrões de organização. É a propriedade de inacabamento que permite sua troca com outros fenômenos e sistemas;
Dependente e Autônomo	Necessita da troca com o meio, mas se organiza a partir de si. A autonomia é a face bem-sucedida da dependência
Emergência	A emergência pode ser entendida como um acontecimento novo e não previsível que surge. Uma combinação original de elementos que não existia nos elementos isolados
Desequilíbrio	Os sistemas complexos são instáveis, geram oscilações, mudanças e alterações constantes. Não sendo possível prever seu comportamento, pois são dinâmicos, sendo regidos pelo acaso; e
Tensão entre determinismo e Liberdade	Mesmo sendo instável, imprevisível e dinâmico ele não está livre das leis deterministas da natureza. Pois está sempre atrelado a condições que não podem ser alteradas, mas pode ter liberdade de escolha e mudanças dentro desse contexto.

Fonte: Adaptado de Almeida, 2004.

Assim, a Teoria da Complexidade foi idealizada como um método de pensar, produzir e organizar o conhecimento para ajudar no desafio da compreensão da complexidade dos problemas (ALMEIDA, 2004).

Por sua vez, Teodoro (2015) aborda o método complexo de maneira mais concisa, por meio de cinco princípios (Quadro 2) que buscam nortear os caminhos para a compreensão da complexidade:

Quadro 2- Princípios da Complexidade – Teodoro (2015)

Princípios da Complexidade	
Irreversível	Está sempre em evolução, mutação e transformação, permitindo a interação com outros fenômenos, matérias e sistemas.
Tensão entre Dependência e Autonomia	Necessita de contexto do entorno, mas se organizam a partir de si.
Emergência	Combinação original de elementos ou padrões existentes com propriedade novas, que não preexistiam nos elementos isolados.
Desequilíbrio	Não é possível prever com exatidão como se comportará, está em constante desequilíbrio.
Tensão entre determinismo da Natureza e Antropocentrismo	Não escapam aos determinismos da natureza, no entanto, precisam gerir o próprio destino.

Fonte: Adaptado de Teodoro, 2015.

A concatenação desses princípios não tem o intuito de estabelecer um conceito para a complexidade, mas contribuir para seu entendimento, não limitando nem esgotando sua compreensão.

Portanto, a Teoria da Complexidade, nas ciências sociais, fundamenta seu pensamento em problemas baseados em estruturas complexas, formadas por elementos conhecidos como atores ou agentes sociais, unidos por meio de relações que estabelecem comportamentos que asseguram o equilíbrio de tais sistemas ou os impulsiona para novos estados (BATTY, 2008). Desta forma, a teoria da complexidade está reformulando uma nova teoria dos sistemas gerais (MORIN, 2011).

No próximo tópico, abordaremos a Teoria da Complexidade voltada para as cidades, objeto da presente pesquisa.

2.1.2 Teoria da complexidade aplicada à gestão de cidades

O século XXI mostra sinais de grandes transformações e mudanças

disruptivas no mundo em diversas esferas e contextos (PORTUGALI, 2012). A exemplo da era pós digital, com avanços tecnológicos, uso da inteligência artificial e da comunicação em rede, têm alterado não só o dia-a-dia das pessoas, mas a maneira como essas pessoas interagem e convivem em comunidade. Tais mudanças também trazem consequências na organização e funcionamento das cidades, revelando a necessidade de olhar para estas pela lente da complexidade, devido ao seu caráter complexo (PORTUGALI, 2012).

O reconhecimento da função estratégica das cidades deveria vir acompanhado pela ideia da complexidade de sua realidade, porém nem sempre isso ocorre (FERRÃO, 2003; ALVES; GABRIEL, 2014). Durante todo o século XX, até por volta dos anos 1960 e 1970, as cidades eram pensadas e planejadas apenas em seu caráter estrutural, mas foram se transformando, tornando-se áreas metropolitanas político-administrativas (FERRÃO, 2003).

O crescimento das cidades é, em sua essência, um processo complexo, visto que se compõem de diversos padrões de comportamento e diversos atores em diferentes proporções de espaço e tempo. Portanto, faz-se necessária a compreensão dos relacionamentos dinâmicos entre seus diversos ambientes: social; econômico; natural e construído (BATTY, 2008; ALVES; GABRIEL, 2014).

Portugali (2012) afirma que a cidade não é um organismo por si só; sua complexidade existe pelo fato de ela ser composta por inúmeras partes que interagem e a fazem funcionar por meio de suas inter-relações. Porém, o pensamento sobre as cidades ainda está pautado em conceitos racionalistas e deterministas, pois sua gestão usualmente se encontra gerenciada por meio do planejamento e do controle (PINTO; CARVALHO; CÂMARA, 2015).

Com o crescimento das cidades de maneira desordenada, surgiu a preocupação com sua organização, planejamento e gestão. Assim, o planejamento urbano teve sua origem numa ordem centralizada, estabelecida no Estado de bem-estar e no papel do governo, o que costuma gerar opiniões errôneas, nas quais se crê que apenas os intelectuais e profissionais especializados sabem como as cidades devem funcionar (LEFEBVRE, 2011).

Tal pensamento resulta em um planejamento de caráter restritivo, no qual o âmbito econômico se sobrepõe ao político, vivencial e simbólico, trazendo consigo crises para diversas dimensões das cidades (LIMENA, 2001). Sob este raciocínio, o planejamento e a gestão urbana absorvem o dinamismo das empresas capitalistas

(ALVES; GABRIEL, 2014).

Nessa forma de pensamento, prevalecem ideais focados na regularidade, previsão e controle, resultando numa visão reducionista e mecanicista da cidade, tornando cada vez mais difícil de sustentar a ideia de evolução da cidade por meio de leis regulares e simples (LIMENA, 2001; FREITAS, 2017).

Portugali (2012) reitera que os estudos urbanos, a partir dos anos 1970, foram divididos em dois campos diferentes: um com foco na abordagem positivista, de natureza quantitativa e com influência das ciências exatas e das abordagens científicas; outro com foco na abordagem qualitativa, sob a perspectiva estruturalista (marxista/humanista), com ênfase na geografia social e abordagens hermenêuticas. Por sua vez, a teoria da complexidade traz uma abordagem com foco no homem e o questionamento do espaço.

O planejamento pensado para as cidades sob a perspectiva da complexidade teria surgido com o declínio da teoria dos sistemas, visto que esta apresentava poucas chances de transformação. Neste período, começaram a surgir os defensores do processo *bottom up* (de baixo para cima), os quais acreditavam que as cidades deveriam ser pensadas para e pelas pessoas que a utilizam. De maneira que todo planejamento deveria partir da compreensão e entendimento de seu desenvolvimento histórico e de seu interior geográfico, e não apenas sob a perspectiva do *design* urbano e da dimensão econômica (PORTUGALI, 2012).

Essa alteração de pensamento surge como uma mudança paradigmática para as ciências. Um dos nomes mais importantes dessa mudança paradigmática na forma de pensar as cidades foi Jacobs (2011), que traz uma crítica ao modelo de urbanismo moderno. Em sua crítica, a autora diz que o modelo atual de urbanismo aniquila a complexidade de cidades como podemos ver neste trecho:

O planejamento urbano, como campo de conhecimento, estagnou. Ele se agita, mas não progride. Os planos de hoje apresentam um progresso ínfimo, quando não nenhum (...) falta-lhe o primeiro requisito para uma linha de pensamento prático e progressista: o reconhecimento do tipo de problema em questão (...) com características próprias para os problemas de complexidade desorganizada (JACOBS, 2011).

A autora mostra uma nova alternativa na forma de se pensar e planejar a cidade moderna, por meio da visão da complexidade, o que possibilita processos de autosustentação e auto-organização e renovação por meio da transformação que os

organismos vivos e os sistemas complexos apresentam. Nesta mesma linha, Batty (2007) afirma que a maneira mecanicista pela qual as cidades são planejadas e concebidas mostra-se contrária à heterogeneidade nata das cidades, culpando o urbanismo moderno e a arquitetura que aniquilam a diversidade, que é a principal característica da vida urbana.

A mudança paradigmática supracitada nasce junto com três tendências que vieram para definir melhor essa abordagem: 1) A ideia sobre a interdisciplinaridade e analogia que evoluíram na filosofia das ciências; 2) As técnicas e modelos que emergiriam da gestão, operações de pesquisa e simulação de computador; e 3) A compreensão de que a definição e otimização de um sistema por meio do *design*, gestão e controle já não são mais uma visão apropriada para solução de problemas humanos (PORTUGALI, 2012).

Portanto, essa nova perspectiva, de se ver e pensar as cidades voltada para interdisciplinaridade e inter-relação de suas partes, traz um olhar capaz de compreender não só as dimensões objetivas do emaranhado urbano (estrutural, funcional, histórica), mas também as subjetivas (inconsciente coletivo), oferecendo condições para questionar o presente e projetar o futuro (LIMENA, 2001; SOUZA, 2010).

Souza (2011) corrobora ao falar que:

Entender a cidade e as causas de seus problemas é uma tarefa muito menos simples do que se poderia imaginar. E entender corretamente a cidade e as causas de seus problemas é uma condição previa indispensável a tarefa de se delinearem estratégias e instrumentos adequados para superação destes problemas (SOUZA, 2011, p. 22).

Diante da complexidade das cidades contemporâneas, não se admite mais pensar que uma intervenção realizada em uma parte da cidade não afete o todo, ou até mesmo que os impactos gerados por diversas causas podem ser tratados com procedimentos lineares e cartesianos. Sob esse mesmo prisma, Limena (2001) contribui dizendo que:

(...) a perda de eficácia desses conceitos e procedimentos pode ser melhor observada quando as cidades são referidas a partir de seus habitantes, em termos de atendimento de suas necessidades materiais e imateriais. As propostas de ocupação, ordenamento, revitalização ou reorganização dos espaços urbanos não alcançam aspectos essenciais que dizem respeito à

forma pela qual os habitantes de uma cidade vivem, percebem e imaginam o espaço em que constroem suas vidas (LIMENA, 2001 p.38).

Limena (2001), em sua crítica aos planejadores e administradores das cidades, afirma que estes pautam suas políticas de intervenção em princípios do século passado, arraigados pelo pensamento com ênfase nos negócios e falta de propósitos com fins sociais que possam favorecer a totalidade dos cidadãos e suas condições de vida. A autora ainda afirma que se faz necessária a busca por “projetos urbanos capazes de articular ética e estética, não apenas em termos de um planejamento normativo, mas instaurativo, capaz de conduzir a outras formas de sociabilidade e remetendo-se ao direito à cidade” (LIMENA, 2001, p. 39).

A autora ressalta que a forma de olhar e planejar as cidades não tem atendido à densa e crescente demanda da complexidade, pois traz apenas respostas simplificadoras ou reducionistas que não conseguem atender à essência da realidade. Este olhar muitas vezes tem enfoque estético e pouco se tem preocupado com a dimensão antropológica, como se as pessoas habitassem apenas no espaço físico, esquecendo do espaço de significações (afetivo, estético, social, histórico, cultural).

Portugali (2012), por seu turno, reitera que existem cinco pontos essenciais que devem ser colocados em questão para que se faça avançar a teoria da complexidade na gestão das cidades e seu planejamento. Precisa-se assim: 1) Questionar os limites das previsões sobre cidades, pois trata-se de um ambiente complexo, impreciso; 2) Classificar os modelos e seus componentes, necessitando não de um modelo definido, mas que se adapte a processos de planejamento com diferentes graus de incerteza, em contextos e períodos de tempo diferentes; 3) Realizar um planejamento que estruture de maneira adequada a complexidade emergente de cidades, indo além do que já existe, que é escasso e incompleto; 4) Desenvolver modelos mais pluralistas de planejamento e negociação, tornando-os mais relevantes para estratégias colaborativas; e 5) Adotar a abordagem da ideia da cidade ideal para se ter uma referência, à medida em que esta imagem é alterada pela evolução de visão do mundo.

2.1.3 Gestão de cidades

Como já foi dito, as cidades são em sua essência um sistema complexo,

composto por diferentes padrões de comportamento e atores, além das diversas esferas que a compõem: social, ambiental e construída (BATTY, 2007; JOHNSON, 2003; SOUZA, 2010; PORTUGALI, 2012). Por possuir um caráter dinâmico, imprevisível e auto-organizável, as cidades não são ambientes simples de serem estudados, analisados e tampouco planejados e geridos (PORTUGALI, 2012).

Diante desse contexto, pode-se afirmar que as cidades não devem ser geridas e planejadas pela perspectiva que tem sido realizada nos últimos anos, visto que esse tipo de administração e planejamento não tem atendido à densa e crescente demanda da sua complexidade, trazendo apenas respostas simplificadoras ou reducionistas, e não conseguindo transmitir o significado da realidade (SOUZA, 2010; PORTUGALI, 2012).

Pinto, Carvalho e Câmara (2015) corroboram que as teorias clássicas de urbanismo e de planejamento continuam abordando as cidades sob a perspectiva da previsibilidade, como um sistema passível de controle e planejamento tradicional. Ou seja, as cidades ainda são compreendidas como sistemas fechados ou como sistemas abertos na busca por equilíbrio e entropia.

Ao levantar artigos sobre planejamento de cidades observa-se que muito se tem falado da sua utilização como ferramenta para a participação cidadã, além de ser uma metodologia utilizada nas organizações privadas para a sua execução. Tal ferramenta possui, como pressuposto básico, reduzir os problemas urbanos de forma extremamente técnica, o que, por si só, não comporta as assimetrias que existem em um organismo complexo como são as cidades (PINTO; CARVALHO; CÂMARA, 2015). Assim, os diagnósticos realizados, por uma visão limitada, não são capazes de considerar aspectos relevantes como a formação e evolução das cidades, deixando em segundo plano componentes territoriais que influenciam a formação de aglomerações urbanas.

Para compreender as cidades e atendê-las, deve-se olhar para elas por um novo prisma, de maneira microscópica. Jacobs (2011) traz três táticas importantes para se compreender as cidades: 1) Refletir sobre os seus processos; 2) Usar a indução, pensar do particular para o genérico; e 3) Procurar indícios que relacionem uma quantidade pequena de coisas, e que revelem como funciona uma quantidade maior.

A autora afirma, ainda, que o planejamento de cidades precisa ter por objetivo a vitalidade urbana. Para tanto, ela aborda seis pressupostos para alcançar

tal objetivo, devendo ele: 1) Estimular e catalisar a maior quantidade possível de diversidade, obrigando os planejadores a diagnosticar lugares em que falta gerar diversidade; 2) Propiciar uma interpenetração contínua de vizinhanças, onde os proprietários e usuários possam contribuir com a segurança dos espaços públicos; 3) Combater a existência de zonas de fronteiras desertas; 4) Visar à manutenção da vida em comunidade e ao aumento da diversidade de pessoas; 5) Transformar a autodestruição da diversidade em forças construtivas, impedindo a degradação e estimulando um bom ambiente econômico; e 6) Explicitar a ordem visual da cidade, por meio da promoção e compreensão da ordem funcional, ao invés de impedi-la ou negá-la.

A gestão e o planejamento tradicional, que possuem foco no pensamento racionalista e cartesiano, com caráter essencialmente industrial baseado no controle, não tem conseguido captar a essência e demandas das cidades, que são complexas. Esse tipo de gestão não tem dado respostas capazes de atender satisfatoriamente às soluções exigidas pela multiplicidade de fenômenos e eventos não lineares no ambiente das cidades, visto que trabalham com uma realidade fragmentada (SOUZA, 2010). Assim, surge a necessidade de novas formas de olhar, refletir e pensar as cidades, que tragam retornos tangíveis à sociedade (LEFEBVRE, 2011; JACOBS, 2011).

A dimensão política nas cidades tem sido destaque nos últimos anos, pois é através dela que os cidadãos conseguem exercer seu direito à cidade. Porém, nem sempre elas conseguem proporcionar isso de fato. Assim, mostra-se necessária uma nova concepção sobre o planejamento e gestão das cidades que gere políticas capazes de reconhecer a importância da opinião da população e que, ainda, consiga ultrapassar o tecnicismo e ponderar os conflitos de interesses entre os agentes de produção da cidade e a sua comunidade (SANDERCOCK, 1998; FRIEDMANN, 1998; LEFEBVRE, 2011).

Dessa forma, o planejamento, como uma atividade e função apenas dos governantes, tem se tornado cada vez mais ineficaz, pois esse método centralizado contribui apenas para a manutenção do *status quo* (SOUZA, 2010; FREITAS, 2017). Johnson (2003) afirma que o *feedback* local dos moradores e usuários pode se revelar como um segredo para o planejamento descentralizado e participativo.

Para realizar um planejamento adequado, deve-se ter um conhecimento específico sobre a cidade, por meio de informações dos próprios moradores, sem

reducionismo e simplismo como afirma Holston (2013):

Uma prática de planejamento que confia não apenas nos altos comandos do Estado, mas nas práticas situadas dos cidadãos, implica uma mudança epistemológica (como sabemos, o que sabemos) com implicações importantes para o planejamento e educação, afastando-se da noção de conhecimento especializado e científico para um etnográfico (Holston, 2013, p.158).

Este novo tipo de planejamento nasce de um *gap* encontrado na maneira atual de gerir e planejar as cidades, resultado da especialização dos diversos tipos de planejamentos realizados às cidades, como os planejamentos urbanos, territorial e setorial (PORTUGALI, 2012).

Logo, a ideia de uma nova visão ou modelo de gestão para cidades ganha corpo, ainda que de forma inicial, pelas lacunas deixadas pela gestão e planejamento tradicional. Tais lacunas devem ser preenchidas, devido à dinamicidade e complexidade das relações dos sujeitos nos ambientes das cidades e ao próprio contexto emergente que elas são.

Com base no abordado até aqui, Pinto, Carvalho e Câmara (2015) propõem o modelo GIC - Gestão Inteligentes de Cidades. Tal modelo possui como parâmetro que as dimensões administrativas estejam além dos mecanismos de controle dos modelos tradicionais de gestão. Dessa forma, o modelo considera que as tradicionais formas de gestão possuem em sua essência as funções administrativas do POCCC, formuladas por Fayol no início do século XX, quais sejam: Planejar, Organizar, Comandar, Coordenar e Controlar. Advogam que, em cada uma delas, se afirma o domínio do Controle, embora esteja explícito apenas na última.

Já no modelo GIC, tais funções são contrapostas com novas funções administrativas – definidas no modelo EEICO (Entender, Estimular, Interagir, Compartilhar e Observar), as quais propõem uma dimensão sem foco no controle. A função ENTENDER, apresentada como substituta para PLANEJAR, tem o intuito de acumular conhecimento dos diversos atores e entender a evolução de suas trajetórias (PINTO; CARVALHO; CÂMARA, 2015).

A função ESTIMULAR surge como alternativa a ORGANIZAR, pois não possui a pretensão de controlar estruturas e sim induzir sem forçar ou controlar; INTERAGIR vem em oposição a COMANDAR, visto que as pessoas não são

controláveis; COMPARTILHAR se contrapõe à função COORDENAR, significando estabelecer uma lógica de uso de recursos não excludentes.

E, por fim, OBSERVAR os sistemas complexos surge em oposição a CONTROLAR, visto que aqueles precisam ser observados para serem entendidos. Essa função define a essência do modelo, pois é fundamental entendê-lo e estimular a participação de maneira adequada, interagir com todos atores e compartilhar recursos (PINTO; CARVALHO; CÂMARA, 2015). Portanto, o modelo de Gestão Inteligentes de cidades considera o foco no controle como algo prescindível para os sistemas complexos, sendo a observação a ação mais efetiva quando se procura a ordem no caos.

2.2 A AUTO-ORGANIZAÇÃO E A EMERGÊNCIA NAS CIDADES

Como se registrou na seção anterior, a auto-organização e a emergência são princípios dos sistemas complexos, motivo pelo qual, neste capítulo, abordam-se os conceitos de forma mais detalhada, tratando-os na perspectiva das cidades.

O conceito de auto-organização auxilia para esclarecer a evolução de um sistema na busca por uma forma organizada através do seu relacionamento com o meio externo, procurando a troca de informações, o que resulta em constância ou reorganização ou, ainda, alterações de seus padrões internos, sempre dependendo da capacidade adaptativa de cada sistema (TEODORO, 2015).

Considerado um conceito interdisciplinar, a auto-organização tem sido abordada sob várias perspectivas em diferentes áreas das ciências, como na física (VASCONCELLOS; RODRIGUES; LUZZI, 2015); na educação (OLIVEIRA, 2013); no direito (ALVES, 2013); na psicologia (TASSINARI; FERRAZ; PESSOA, 2014); na música (OLIVEIRA, 2015); no planejamento urbano (HÖLLDAMPF; ROTHFUSS, 2013), entre outras. Assim, o conceito mostra-se abrangente e versátil na sua utilização.

Apesar do termo ser utilizado em diferentes áreas, surgiu para definir sistemas, por meio da teoria dos sistemas dinâmicos de Bertalanffy, sendo largamente adotado na física, biologia e cibernética (GERSHENSON; HEYLIGHEN, 2003; OLIVEIRA, 2015; VASCONCELLOS; RODRIGUES; LUZZI, 2015). Alguns autores abordam a auto-organização não como um princípio dos sistemas, mas como uma perspectiva de estudo (GERSHENSON; HEYLIGHEN, 2003).

No que tange à Teoria da Complexidade e a discussão de mudança paradigmática, a auto-organização é abordada por autores como Atlan (1992), Maturana e Varela (1995), Prigogine e Stengers (1997) e Serva (2010), entre outros, não ficando restrita apenas às áreas das ciências biológicas e exatas nas quais surgiu.

Serva (2010, p. 28) ressalta que a “auto-organização é o conceito central da complexidade”. Assim, Grillo (2007) corrobora que a teoria da auto-organização acrescenta à complexidade conceitos de não equilíbrio, emergência, criatividade, auto semelhança, indeterminismo, imprevisibilidade e probabilidade, entre outros. Tais conceitos se relacionam de forma direta, explicando aspectos e características da dinâmica dos sistemas complexos e das interações entre seus atores.

No campo da administração, alguns autores buscam incorporar o conceito de auto-organização à teoria organizacional, na tentativa de desenvolver modelos de gestão baseados em seus princípios. Neste sentido, Nonaka (1997), Morgan (1996), Bauer (2009), Wood (1995) e Senge (1997) aplicam à prática organizacional o processo de ordem e desordem dos sistemas auto-organizáveis.

Naveira (1998), em sua pesquisa sobre complexidade, aborda as empresas auto-organizadas. Afirma que as organizações estudadas possuem altos níveis de interação entre as pessoas, de modo que essa conectividade por si só auxilia no surgimento espontâneo de novas oportunidades. As organizações aproveitam a ambiguidade, o conflito e a contradição como fonte de criatividade, aprendizagem e inovação. Apesar dos estudos citados, a aplicação da auto-organização nas ciências administrativas ainda é uma abordagem nova, mostrando-se um campo a ser explorado.

A cidade complexa possui “uma personalidade coerente, uma personalidade que se auto-organiza a partir de milhões de decisões individuais, uma ordem global construída a partir de interações locais” (JOHNSON, 2003, p.29). Neste contexto, o autor trata do comportamento emergente que emana na cidade, definindo o comportamento complexo como um sistema composto de vários atores que interagem de forma dinâmica, seguindo regras próprias e que não recebem instruções de níveis mais altos. Reitera que um “sistema só seria considerado verdadeiramente emergente quando todas as interações locais resultam em algum tipo de macrocomportamento observável” (JOHNSON, 2003, p. 15).

A emergência acontece quando o comportamento de um sistema não é igual à soma dos comportamentos das suas partes (TEODORO, 2015). O macro comportamento, como abordado pelo autor, não precisa de líderes para se formar, e normalmente surge por meio do processo *bottom up*, de maneira que, na hierarquia de conexões, a emergência acontece pelas influências das partes em outros níveis da hierarquia (JOHNSON, 2003).

Dessa forma, “as cidades possuem uma espécie de inteligência emergente: uma habilidade de guardar e recuperar informações, reconhecer e responder a padrões do comportamento humano” (JOHNSON, 2003, p.73). Assim, os cidadãos comuns são os responsáveis pela evolução e transformações das cidades e da sociedade, pois que “eles pensam localmente e agem localmente, mas sua ação coletiva produz comportamento global”, ou seja, a “informação local pode levar à sabedoria global” (JOHNSON, 2003, p. 54).

Ao se falar de auto-organização em cidades, pode-se identificar sua manifestação através das “conexões entre os muitos elementos diferentes que compõem este sistema complexo e permitem que a cidade desenvolva propriedades diferentes às dos seus elementos, em um processo de emergência” (LAMB, 2006, p.60).

Jacobs (2011) também aborda o ambiente urbano através da sua capacidade auto-organizadora e pressupõe a complexidade como característica inata às cidades. Na visão da autora, os estudiosos devem reconhecer o tipo de problema que as cidades representam, e compreender sua propriedade sem precisar conduzir o processo por meio do controle centralizado.

Muitos estudiosos têm refletido sobre o comportamento emergente em suas manifestações. Jacobs (2011) compreende que as cidades não são criadas por políticos e planejadores, mas por pequenas atitudes de pessoas comuns em suas atividades corriqueiras ligadas à vida pública.

Morin (2011) corrobora as características auto-organizadoras da cidade, defendendo sua capacidade de se reorganizar, se reconstruir e de reproduzir os elementos que se auto degradam, podendo se auto reconstruir, sendo capazes de alcançar seus fins por meio dos recursos que o acaso fornece. Por sua vez, Vasconcellos, Rodrigues e Luzzi (2015, p. 11) tratam a auto-organização como “a emergência de padrões ordenados numa escala macroscópica”.

Assim, se pode compreender que as cidades são amplificadoras de padrões, na qual grupos menores são capazes de expressar o comportamento repetitivo de grupos maiores, captando informações e compartilhando com o grupo. Esses padrões voltam para as cidades através de pequenas mudanças de comportamentos que podem se amplificar rapidamente em movimentos maiores (JOHNSON, 2003).

Partindo dessa dinâmica de amplificação, de comportamentos individuais para macro comportamentos que emergem na cidade, pode-se compreender o surgimento de movimentos sociais por meio de grupos e ações coletivas que ocorrem nas cidades, capazes de transformar a sociedade e, conseqüentemente, as cidades.

2.3 A INSURGÊNCIA CIDADÃ, SUAS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

Como se observa na seção anterior, a auto-organização e os comportamentos emergentes são características inatas aos centros urbanos e, pela repetição desses comportamentos, surge uma inteligência coletiva capaz de transformar as cidades. Com base nesta ideia, aborda-se, neste sub-item, a insurgência cidadã, como reflexo da dinâmica *bottom up* que emerge da cidade como um fenômeno coletivo de reivindicação.

As cidades e “os seus prolongamentos, são por excelência os cenários onde se desenrolam a nossa civilização” (GUERRA, 2017, p. 71). Nesta afirmação, o autor aborda o conceito de emergência e dinâmica das cidades. Castells (2011) afirma que elas são palco da propagação de comportamentos, sistema de valores, o que se denomina como cultura urbana. Assim, tem-se a cidade como cenário para ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural, que possibilitam diferentes formas da população se organizar e expressar suas necessidades (GOHN, 2008).

Os centros urbanos são como palcos multiculturais e complexos, nos quais as identidades de seus agentes estão cada vez mais diversificadas e a luta pela cidadania compreende diferentes dimensões do ser, como: de gênero, étnica, de classes e regional. Contudo, compreende também dimensões de afinidades, de políticas e de valores, pela igualdade, liberdade, paz, sustentabilidade, respeito à diversidade, diferenças culturais, entre outras (SCHERER-WARREN, 2006).

Por outro lado, Dagnino (2004) afirma que existem algumas dimensões

importantes que norteiam a emergência da nova noção de cidadania. Uma delas é que a cidadania deriva e está diretamente ligada à experiência concreta dos movimentos sociais, tanto os urbanos – que dizem respeito à cidadania e ao acesso à cidade – quanto os outros tipos de movimento, como de mulheres, de negros, de homossexuais e ecológicos, entre outros. Essa nova noção de cidadania possui como base fundamental a luta por direitos (tanto de igualdade, quanto de diferenças) e o direito à cidade (LEFEBVRE, 2011).

A segunda diz respeito à ênfase na construção da democracia no seu sentido mais amplo e mais profundo, visto que ela atualmente incorpora características da sociedade contemporânea, como o papel das subjetividades e a emergência de sujeitos sociais e de direitos novos. Desta forma, resulta um caráter intrínseco e constitutivo, na busca por democracia de transformação social e uma conexão entre as dimensões da cultura e da política (DAGNINO, 2004).

A construção da democracia está diretamente relacionada à nova ideia de cidadania enquanto estratégia política. Essa noção traz a possibilidade de respostas aos fracassos deixados pelas estratégias políticas que não conseguiram articular a multiplicidade de dimensões que envolvem as cidades e a busca por uma vida melhor para os cidadãos (DAGNINO, 2004; LEFEBVRE, 2011; HOLSTON, 2013).

O conceito de cidadania traz enraizado, em sua essência, o sentimento de pertencimento a uma cidade, a uma comunidade, a um projeto de sociedade (DAGNINO, 2004). Além disso, também tem relacionado ao seu conceito a capacidade de articulação de demandas e a busca por soluções. Uma cidade mais justa e pautada na luta pelo direito à cidade, incentiva o cidadão a participar de forma ativa dos debates e discussão sobre o seu rumo, nas relações sociais que acontecem diariamente (DAGNINO, 2004; LEFEBVRE, 2011).

Para Silva (2017), a cidadania possui duas variações: a primeira é a formal, que consiste em fazer parte de uma comunidade; e a segunda está relacionada ao acesso aos direitos políticos, civis e sociais disponíveis a todos. As duas variações não são mutuamente excludentes, mas se sobrepõem.

Nesse contexto, a insurgência cidadã trazida por Holston (2013) surge por meio de um entendimento mais amplo do conceito de cidadania que envolve diferentes aspectos como os civis, socioeconômicos, culturais e legais. O autor aborda a insurgência, no Brasil, como consequência dos conflitos e desigualdades históricas ocorridas no país ao longo dos anos.

O autor ressalta que as democracias que não oferecem a seus cidadãos acesso a direitos básicos são muitas, e que essas democracias vivem atualmente uma forma de segregação, pois convivem com injustiças e violência contra os cidadãos. Tratam os sujeitos de forma desigual, não oferecendo condições de acesso aos recursos públicos, tornando o acesso aos direitos uma forma de tratamento especial (HOLSTON, 2013).

Historicamente, a cidadania no Brasil, diferentemente de diversos países, é compreendida pela perspectiva diferenciada, na qual a inserção dos indivíduos perante o Estado não é pautada na igualdade legal (HOLSTON, 2013). O Estado, que deveria prezar pelo direito igualitário a todos cidadãos, impõe sua hegemonia na luta de classes, ajustando-se às necessidades da acumulação do capital (SILVA, 2017).

Assim, Holston (2013) define este tipo de cidadania como “diferenciada”, “porque ela se funda na diferenciação e não na equiparação de tipos de cidadãos” ela reforça “uma forma de distanciar as pessoas umas das outras” (HOLSTON, 2013, p. 23). O autor faz uma regressão histórica para entender a evolução da cidadania urbana e conclui que o contexto histórico e social está diretamente ligado à insurgência cidadã. Ele ainda afirma que a insurgência cidadã é, de fato, uma maneira de inovação democrática e uma das formas de cidadania. Por isso a importância de ser compreendida e potencializada (HOLSTON, 2013).

Dessa forma, a persistência de uma cidadania diferenciada, exclusiva e desigual, é o principal estímulo à insurgência cidadã, vez que ela marginaliza os cidadãos por classe social, econômica, orientação sexual ou religiosa, entre outras formas. Os cidadãos tratados de maneira diferenciada se insurgem contra as ditaduras sociais impostas e o sistema implantado, podendo até realizar esses movimentos de formas ilícitas ou ilegais (HOLSTON, 2013).

Essa insurgência cidadã nasce das periferias urbanas, com intuito de expressar desejos e demandas por direitos à cidade, por meio de novos atores políticos, através de uma linguagem reivindicatória. Ela auxilia também na expansão da cidadania democrática com base em princípios igualitários que buscam desestabilizar o *status quo* e consolidar um modelo capaz de diminuir as desigualdades e injustiças históricas (SOUZA, 2010; HOLSTON, 2013).

Holston (2013) reitera que a manutenção do *status quo* prejudica de maneira direta a distribuição de direitos, além de que o confronto entre o regime de

ordem e os movimentos de contestação geram novas injustiças que põem em risco a expansão da cidadania democrática no Brasil. Isso resulta ameaça aos avanços adquiridos ao longo dos anos.

A luta pela cidadania, em sua ideia mais completa, se dá em todos os âmbitos da cidade. Essa luta surge com o desejo de mudanças e transformação ligados a diferentes aspectos como gênero, etnia e classes. Assim, os movimentos e grupos insurgentes podem ser entendidos como consequência das contradições urbanas ou reflexo da vivência na cidade, que apontam possíveis desigualdades ou problemas na criação e execução de políticas públicas e práticas de governo. Gohn (2010) afirma que os movimentos expressam energias de resistência ao velho e de construção do novo. Essas energias são potencializadas através de suas práticas ativas e propositivas.

Gohn (2010) afirma que esses movimentos, além de lutarem pela inclusão social, criam uma consciência de pertencimento em seus participantes:

(...) constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Constituem e desenvolvem o chamado *empowerment* de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede [e] ao, realizarem essas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo (GOHN, 2010, p. 336).

Os movimentos sociais advindos da insurgência cidadã têm contribuído para organizar e conscientizar a sociedade, apresentando demandas construídas em volta de práticas de pressão e/ou mobilização. Tais movimentos são estimulados, muitas vezes, apenas pela necessidade, mas possuem certa permanência, e “podem surgir e desenvolver-se também a partir de uma reflexão sobre sua própria experiência” (GOHN, 2010, p.16).

Os cidadãos “reivindicam novas possibilidades de leitura dos espaços urbanos em favor da solidariedade, proporcionando uma criação paralela e eficaz no território” (DE LIMA, 2014, p.33). Enfocam também temas urbanos como mobilidade, uso e ocupação do espaço público, patrimônio material e imaterial, e até mesmo a mudança da esfera pública (DE LIMA, 2014).

A insurgência cidadã e os movimentos dela oriundos desempenham um papel essencial para mudanças nas atuais práticas de planejamento urbano, pois, como consequência deles, pode ser possível a construção de cidades mais aptas

para interações e inclusão dos cidadãos no seu planejamento e uso (DE LIMA, 2014).

O surgimento desses movimentos contestatórios e das mobilizações que marcam a história urbana, trazendo questões que permeiam as cidades, se mostra de maneira organizada e propicia a criação de culturas para defesa de problemas encontrados no dia a dia nos espaços urbanos. E aparecem na cena pública como agentes de novos conflitos e renovação das lutas sociais coletivas, realizando um diagnóstico da realidade social (LIMA, 2015).

As demandas e ações geradas por esses movimentos e grupos auxiliam na compreensão das direções que devem ser tomadas pelos governantes e planejadores, pois mostram as contradições urbanas, enquanto também revelam a experiência na cidade com desvios e desigualdades nas políticas públicas e planejamento (LIMA, 2015).

Portanto, a insurgência cidadã e os movimentos dela advindos modificam o ambiente e a programação dos espaços públicos e da cidade como um todo, muitas vezes mais do que a própria esfera pública. Ademais, a soma desses grupos e movimentos tende a assumir uma direção e até mesmo transformá-los em movimentos mais abrangentes, os quais ultrapassam os níveis locais (LIMA, 2015).

Os participantes desses movimentos são pessoas comuns, que vivem de maneira suscetível, lutam por espaços e por outra forma de cidadania. A insurgência cidadã transcende a cidadania civil e social fazendo com que os mais desfavorecidos lutem por seus direitos à medida que os abastados podem gozar integralmente desses direitos por meio de uma garantia que se deu no contexto histórico vivido (SILVA, 2017). Tais movimentos são o coração e o pulsar da sociedade e mostram-se como uma expressão forte da construção e transformação social pensada e apropriada coletivamente pelos que a reproduzem (HORI, 2017).

Silva (2017) traz como características desses movimentos, a criatividade e adaptação, conforme trecho:

(...) a engenhosidade da população faz com que desses lugares flua criatividade para adaptações e estratégias que renovem a vida diária. A aglutinação dessa criatividade se corporifica em movimentos de insurgência cidadã e redefinem a cidadania urbana em termos de acesso a recursos (SILVA, 2017, p. 74).

A autora ainda afirma que os integrantes desses movimentos manifestam

suas práticas de insurgência não apenas sobre assuntos de cunho socioeconômico, mas também ligados a uso e ocupação dos espaços urbanos, mobilidade, definições de patrimônio material e imaterial e outros temas que dizem respeito à administração pública (SILVA, 2017).

Portanto, a insurgência cidadã integra o dia-a-dia das cidades, sendo resultado da massa crítica criada pelos cidadãos, a qual deve ser levada em conta nos planejamentos urbanos. Pois esse modo insurgente alternativo de planejamento reconhece as contradições entre os diferentes tipos de cidadania, e trabalha em nome do alcance do direito à cidadania para todos (SANDERCOCK,1998).

Diante desse contexto, a presente pesquisa dá ênfase em estudar os movimentos de natureza crítica e de resistência, independentemente de sua escala de articulação e abrangência, que possuam caráter reivindicatório que emana da insurgência cidadã. Portanto, serão considerados grupos insurgentes aqueles que reúnem as características de auto-organização e emergência, que apresentam a prestação de serviços à população, que tenham como origem e destino a própria comunidade, os quais, de alguma forma, não estão sendo executados pelo poder público.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos utilizados na presente pesquisa estão expostos a seguir. Nesta sessão serão abordadas sub-seções como: a natureza e tipologia do estudo; universo de pesquisa e delimitação geográfica e instrumento de pesquisa, coleta e análise dos dados

3.1 A NATUREZA E TIPOLOGIA DO ESTUDO

A presente pesquisa pode ser compreendida em sua tipologia como um estudo de caso, pois devido à natureza e peculiaridade de seu objeto, faz-se necessário um “estudo aprofundado e exaustivo de determinados objetos e situações”, que podem “ser um indivíduo, um grupo, uma organização, um conjunto de organizações ou até mesmo uma situação” (DENCKER, 1998, p.127). O campo de pesquisa é um recorte espacial realizado pelo pesquisador, e é capaz de representar uma realidade empírica que possui a abrangência do recorte teórico que corresponde ao objeto da investigação, ou seja, verificar no campo o que foi encontrado na construção teórica (MINAYO, 2013).

Portanto, foi realizado um estudo multicase, visto que este tipo de estudo possibilita o levantamento de evidências relevantes e de maior confiabilidade quando comparado aos estudos de casos únicos, sendo considerado mais robusto (YIN, 2001). Porém, este tipo de estudo não permite generalizações dos resultados para toda a população, mas sim uma previsão de resultados similares (YIN, 2001).

Quanto aos fins, a presente pesquisa é tipificada como exploratória e descritiva. Exploratória, pois possui como finalidade expor as características de determinado fenômeno e como ele acontece e gera uma nova teoria. É utilizada quando há pouco conhecimento acumulado e sistematizado sobre o assunto e possui natureza de sondagem e não permite hipóteses, mas estas poderão aparecer no decorrer ou final da pesquisa (VERGARA, 2014).

É também descritiva, pois possui como finalidade observar, registrar, analisar e interpretar como o fenômeno acontece, sem interferir para modificá-lo. Ela expõe características de uma determinada população e determinado fenômeno, auxiliando no estabelecimento de correlações entre categorias. Porém, não possui o

compromisso de explicar os fenômenos estudados, mas auxilia na sua explicação (VERGARA, 2014).

Quanto aos meios, adotou-se uma pesquisa documental e de campo. Documental, pois utiliza documentos de diversas fontes para compreender o tema abordado (VERGARA, 2014). E de campo, pois tem como objetivo a investigação empírica, executada no local onde ocorre ou ocorreu o fenômeno ou que disponibilize de dados para explicá-lo (VERGARA, 2014). Portanto, a presente pesquisa documental e de campo tem o intuito de compreender a dinâmica dos grupos insurgentes, suas características, peculiaridades e interação com a gestão pública.

A pesquisa se utilizou também de uma abordagem metodológica qualitativa, na tentativa de lidar com a complexidade do objeto de estudo. A abordagem foi escolhida pois “há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (SILVA, 2005, p.20). A pesquisa qualitativa é utilizada na busca de alcançar dados de aspectos particulares da realidade humana e social por meio da compreensão das experiências, valores, desejos e significações (NIQUE; LADEIRA, 2014).

A natureza qualitativa não emprega dados estatísticos como centro do processo de análise de um problema, não tendo a pretensão de numerar ou medir unidades ou categorias, sendo mais adequada para a obtenção de um conhecimento mais aprofundado, “uma vez que por sua diversidade e flexibilidade não existem regras precisas com aplicabilidade em grande número de casos” (DENCKER, 1998, p.119).

Desta maneira, a escolha da abordagem qualitativa se justifica, pois se adequa ao objeto de estudo, visto que considera a complexidade da realidade, não tentando enquadrá-la em um método duro, que não percebe os fenômenos qualitativos do contexto social, como: militância política, cidadania, compromisso ético, os quais não são obtidos pela simples mensuração de dados (DEMO, 2000).

3.2 UNIVERSO DE PESQUISA E DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA

O universo da presente pesquisa é composto pelos grupos e movimentos insurgentes da cidade de Fortaleza, na qual se insere a sua delimitação geográfica.

No primeiro momento, a seleção foi realizada pelo critério da tipicidade, sendo os elementos alvos da pesquisa os movimentos julgados representativos na população-alvo, requerendo conhecimento dessa população (VERGARA, 2014).

Para essa decisão, foi realizada uma pesquisa, por meio de uma ferramenta de busca *online*, sobre os coletivos urbanos, grupos e movimentos de caráter insurgente na cidade de Fortaleza, procurando aqueles que tiveram algum tipo de destaque nas redes sociais e, também, em matérias de jornais, revistas e *blogs*.

Diante de uma lista com 15 (quinze) grupos, observou-se a atuação deles por meio das intervenções atualizadas em seus *websites* e páginas das redes sociais, sendo selecionados os oito mais atuantes em diferentes áreas de atuação, os quais foram contatados por mensagens e ligações telefônicas. No segundo momento, a seleção foi pelo critério de acessibilidade, que segundo Vergara (2014) está longe de qualquer método estatístico, mas que seleciona elementos pela facilidade de acesso. Assim, foram selecionados quatro grupos, os quais responderam aos contatos realizados.

As áreas de atuação dos grupos escolhidos são: mobilidade urbana e feminismo, meio ambiente, cultural e social. A ideia foi selecionar coletivos ou grupos com finalidades diferentes e que tivessem como foco a atuação na cidade de Fortaleza.

Tais coletivos estão apresentados brevemente a seguir:

a) Coletivo Ciclanas

Figura 1 – Marca do Coletivo Ciclanas



Fonte: Perfil do Coletivo Ciclanas no Instagram

É um coletivo formado por mulheres feministas que utilizam a bicicleta como meio de transporte e buscam ocupar o espaço público e uma maior representatividade das mulheres no meio cicloativista.

b) Movimento Pró-árvore

Figura 2 – Marca do Movimento Pró-Árvore



Fonte: Página do Movimento Pró-Árvore no Facebook

Surgiu em 2011, se intitula um coletivo multidisciplinar, composto por cidadãos que possuem consciência sobre a importância das árvores para a qualidade de vida nas cidades. Busca contribuir para mudar o quadro atual da cidade com relação ao meio-ambiente por meio do conhecimento e participação.

c) Coletivo Dois Vetim:

Figura 3 – Marca do Coletivo Dois Vetim



Fonte: Perfil do Coletivo Dois Vetim no Instagram

É um coletivo formado por dois jovens fotógrafos da periferia de Fortaleza, possuindo como objetivo levar por meio da imagem fotográfica o acesso à arte e cultura para as periferias de Fortaleza.

d) Coletivo Afro Raíces:

Figura 4 – Marca do Coletivo Afro Raíces



Fonte: Perfil do Coletivo Afro Raíces no Instagram

Formado por jovens negros, é um coletivo que tem como objetivo a autoafirmação da identidade negra e a luta por direitos iguais para a população negra.

Na presente pesquisa, os sujeitos da pesquisa são os membros que os próprios grupos disponibilizaram para realização das entrevistas.

3.3 INSTRUMENTO DE PESQUISA, COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Para o alcance dos objetivos definidos na presente pesquisa, a coleta de dados ocorreu por meio da técnica de entrevista, pois esse tipo de procedimento metodológico viabiliza dados essenciais para o avanço e compreensão das relações entre atores sociais em contextos específicos (GASKELL, 2002).

As entrevistas foram áudio-gravadas e realizadas em locais previamente combinados com os entrevistados. Ocorreram no período de três semanas. Antes das entrevistas, foram explicados aos sujeitos, o objetivo e a importância da pesquisa, bem como assinados os documentos protocolares de confidencialidade e de consentimento, conforme apêndice B.

Como instrumento de pesquisa, foi utilizado o roteiro de entrevista semiestruturado, conforme apêndice A, que foi construído para ser um lembrete a entrevistadora, com perguntas elaboradas conforme categorias que emergiram da teoria. Durante as entrevistas foram realizadas perguntas abertas, com intuito de

compreender as características gerais encontradas no referencial teórico e as particularidades de cada grupo estudado, dando espaço para relatarmos o que consideramos importante de ser dito com base nos objetivos da pesquisa. Posteriormente, as entrevistas foram transcritas para auxílio no tratamento dos dados (VERGARA, 2014).

Segundo Dencker (1998, p.191), “após a coleta dos dados o pesquisador deve concentrar sua atenção na análise e na interpretação das informações coletadas”. A análise dos dados visa reunir todas as observações de forma organizada para responder ao problema da pesquisa. Uma técnica muito utilizada para análise de dados qualitativos é a análise de conteúdo (ou análise temática), a qual foi utilizada. Nada mais é que uma observação feita de maneira sistemática e categórica dos dados (GIL, 2002).

Para Richardson, (1999. p.243) “consiste em isolar temas de um texto e extrair as partes utilizáveis, de acordo com o problema pesquisado, para permitir sua comparação com outros textos escolhidos da mesma maneira”. Assim, o foco deste tipo de análise está no conteúdo manifestado, suas regularidades e significações, considerando os sentidos semânticos do discurso e os sentidos sociológicos, como também aspectos psicossociais e contexto cultural (MINAYO, 2013).

Assim, a análise se deu a partir de categorias, a qual busca trazer elementos relevantes da teoria (GIL, 2002). Para Bardin (2011, p.117) a categorização é uma maneira de “classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos”.

Portanto, a análise foi realizada para atender aos objetivos da pesquisa, comparar e confrontar a teoria com achados encontrados no campo empírico, a fim de confirmar ou rejeitar informações que emergiram da pesquisa.

A análise de conteúdo foi realizada em três passos: a pré-análise, que buscou sistematizar o que será analisado; a interpretação dos dados, que consistiu em estabelecer ligações entre os resultados obtidos com outros já conhecidos, derivados de teorias, e de estudos realizados anteriormente; e a apresentação dos dados, onde foi decidida a forma como os dados foram expostos, sendo por meio de um relatório nos estudos de caso (GIL, 2002).

Como dito, a análise se deu a partir de categorias, as quais buscam “significar um elemento relevante da teoria” (DENCKER 1998, p. 192). As seguintes categorias foram definidas baseadas nos objetivos da presente pesquisa:

- a) Categoria 1: Surgimento e História;
- b) Categoria 2: Características gerais e peculiaridades específicas dos grupos;
- c) Categoria 3: Intervenções e consequências;
- d) Categoria 4: Interações com a gestão pública

Definiram-se subcategorias de análise as quais foram estabelecidas conforme emergiam da teoria e do campo empírico, relacionadas a cada categoria (Quadro 3). Com relação à categoria “Surgimento e História”, temos: contexto geral, membro fundador e necessidades/lacunas para surgimento; para a categoria: “Características gerais” e peculiaridades específicas dos grupos foram: auto-organização e emergência, hierarquia, dinâmica, cidadania diferenciada e outras peculiaridades específicas; na categoria “Intervenções e consequências” temos: tipos de intervenções, consequências observada, e, por fim, para categoria “Interações com a gestão pública” e outros tipos nas subcategorias: interações com Governo do Estado, interações com a prefeitura e interações com outros grupos.

Quadro 3 - Subcategorias da pesquisa

(Continua)

Objetivos Específicos	Categorias	Subcategorias
Verificar em qual contexto os grupos surgiram	Surgimento e História	Contexto geral
		Membro fundador
		Necessidade(s)/ Lacuna (s) para surgimento
Identificar características gerais dos grupos, como elementos de auto-organização, dinamicidade e insurgência, além de peculiaridades específicas de cada grupo estudado	Características gerais e peculiaridades	Auto-organização e emergência
		Hierarquia
		Dinâmica
		Cidadania diferenciada
		Outras peculiaridades específicas
Levantar as principais	Intervenções e	Tipos de Intervenções

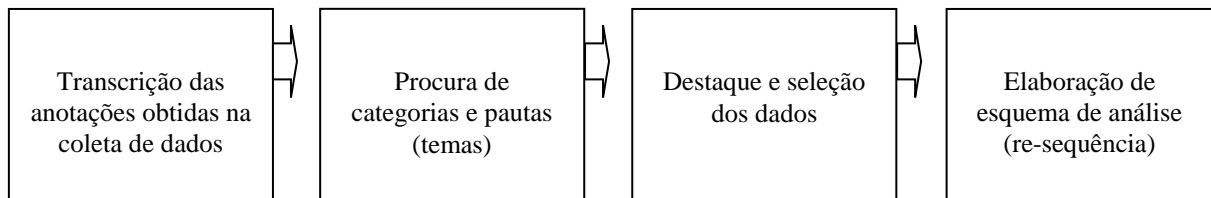
(Conclusão)

intervenções realizadas pelos grupos	consequências	Consequências observada
Compreender como acontecem interações desses grupos com outros grupos e com a gestão pública.	Interações com outros grupos e com a gestão pública	Interações com Governo do Estado
		Interações com Prefeitura
		Interações com outros grupos

Fonte: Elaborado pela autora

Por fim, para a interpretação e tratamento dos dados, que “consiste em expressar o verdadeiro significado do material em termos do propósito do estudo” (DENCKER, 1998, p.172), utilizou o modelo elaborado por Richardson (1999), conforme a figura 1.

Figura 5 – Esquema de Análise das Informações Qualitativas



Fonte: Richardson (1999)

Após as transcrições das entrevistas, foram identificadas todas as categorias e subcategorias, iniciando-se os *links* e as relações entre categorias, separados por grupo entrevistado. Em seguida, foi realizada a seleção dos dados que foram utilizados para a elaboração de um esquema, a fim de elaborar o relatório de resultados da pesquisa, com base nos argumentos e achados colhidos na investigação. Recorreu-se também ao *software* Atlas- TI®, que auxiliou no processo de armazenamento, organização e categorização das entrevistas.

4 ANÁLISE DOS DADOS

A presente seção busca analisar os conteúdos das falas nas entrevistas realizadas. Esses conteúdos têm a intenção de compreender a dinâmica dos grupos insurgentes, suas características gerais, peculiaridades particulares e interações com a gestão pública.

4.1 SURGIMENTO E HISTÓRIA

Na análise dos dados da categoria “Surgimento e História” os coletivos estudados serão apresentados por meio de três subcategorias: Contexto geral, Membros fundadores e Necessidade e/ou lacuna identificada para o surgimento.

4.1.1 Coletivo Dois Vetim

O Coletivo Dois Vetim é um coletivo que tem como proposta levar a arte e a cultura por meio da imagem fotográfica para as áreas periféricas da cidade de Fortaleza. Foi fundado por dois jovens fotógrafos da periferia de Fortaleza, Karina Araújo e Júnior Cavalcante.

O Coletivo surgiu da vontade de compartilhar o conhecimento que adquiriram em um curso de formação fotográfica no Porto Iracema das Artes, conforme a seguinte fala:

“A gente tinha aquela inquietação, a gente não tem nada, nosso bairro não tem nada... olha a oportunidade que estamos tendo de ter o conhecimento, e poder levar pra galera mesmo, pra pivetada, pra juventude. A gente se viu meio que privilegiados e responsáveis de certa forma (E1).

Após o curso, em um estágio no Museu da Fotografia, em que ambos trabalharam com crianças e adolescentes, passaram a se sentir aptos a iniciar as atividades do Coletivo:

A gente foi trocando ideia, foi conversando, aí a gente teve oportunidade de estagiar no museu da fotografia, onde adquirimos mais conhecimento com relação a oficinas, não somente a fotografia, mas a oficinas didáticas pra crianças e adolescentes, aí a gente adquiriu esse conhecimento e foi adquirindo uma certa grana, ai a gente pô é agora, tem que pegar esse conhecimento e levar...(E1).

Neste contexto, foi desenvolvida a primeira atividade do Coletivo Dois Vetim por meio de uma oficina realizada com crianças e adolescentes do Pirambu.

Figura 6 – Oficina de câmera obscura



Fonte: Perfil do Coletivo Dois Vetim no Instagram

Gohn, (2010) afirma que grupos e movimentos sociais podem surgir por meio das experiências vividas pelos cidadãos e a reflexão dessa vivência. Esse conceito é confirmado no campo empírico pelo Coletivo Dois Vetim:

A gente não tem nada, nosso bairro não tem nada (E1);

O CUCA infelizmente não consegue pegar todo bairro da Barra, tipo tem favela lá que não tem nada(E1);

Lá no Pici não tem, não tem aparato do Governo como o CUCA, nem a UFC que é vizinha a galera não pode nem entrar lá, nem usar a pista de corrida, se quiser treinar lá, não pode entrar, é barrado (E1).

É possível identificar nas falas que, a necessidade identificada pelos fundadores para o surgimento do Coletivo foi a falta de infraestrutura e acesso a arte e a cultura dos moradores das comunidades onde vivem.

4.1.2 Ciclanas

O Coletivo Ciclanas se denomina como um coletivo feminista, formado por mulheres que pedalam nas ruas de Fortaleza, e tem como intuito aproximar as mulheres ciclistas para trocas de experiências e encorajamento.

Figura 7 – Grupo de mulheres do Coletivo Ciclanas



Fonte: Perfil do Coletivo Ciclanas no Instagram

O surgimento ocorreu por meio de um grupo de mulheres ciclistas, que já participavam de outros movimentos cicloativistas. Porém, sentiam a necessidade de colocar a mulher mais presente nos espaços públicos, principalmente no que se relacionava ao uso da bicicleta como meio de transporte.

No mês de março do ano de 2015, próximo ao dia das mulheres, a diretoria da Associação Ciclovida, composta apenas por homens, discutia qual tipo de intervenção seria realizada no dia das mulheres e surgiu a ideia de distribuir flores, mas as mulheres disseram não à iniciativa. Algumas mulheres já identificavam no movimento cicloativista, e na Associação, uma falta de representatividade feminina. Assim, surgiu a vontade de fazer algo para chamar atenção e que motivasse as mulheres a enfrentarem o medo de encarar a rua para pedalar e terem mais representatividade.

Nesse contexto, surgiu o Coletivo que inicialmente não possuía nome:

...no começo não tinha nome era só ... mulheres que andam de bicicleta em Fortaleza, pronto (E2).

Era um grupo grande de mulheres, todas usavam a bicicleta, de vários lugares, menina da engenharia, da arte, do meio ambiente, advogada, jornalista... (E2).

Conforme o discurso, a primeira atividade foi uma roda de conversa com mais de trinta mulheres, formado por um grupo bem diversificado.

4.1.3 Movimento Pró árvore

O Movimento Pró árvore se denomina um coletivo composto por cidadãos conscientes da importância das árvores para a qualidade de vida da sociedade.

Possui como objetivo, contribuir, criticar e caminhar em direção a uma mudança na atual realidade do meio ambiente na cidade de Fortaleza, por meio da troca de ideias, experiências, busca de conhecimento, interação e ação. O movimento busca trazer uma forma diferente de olhar a cidade e o meio ambiente:

Nós buscamos ter um olhar além da cidade, um olhar pra essa fauna e flora urbana, um olhar muito diferente e muito importante, tem foco na árvore, pois a árvore nos acolhe, quando você está em um lugar verde, você se sente confortável, aninhados, que é uma generosidade que a natureza te proporciona (E3).

Figura 8 – Protesto do Movimento Pró-Árvore



Fonte: Página do Movimento Pró-Árvore no Facebook

O movimento surgiu em 2011, tendo como um dos seus fundadores e idealizadores o agrônomo e botânico Antônio Sérgio, que no lançamento oficial do Movimento realizou a palestra "As Árvores Urbanas de Fortaleza" no Instituto Gaia. No início, as reuniões aconteciam em praças com o intuito de “pensar em estratégias e intervenções do movimento e tirar as pessoas do virtual para o real” (E3).

A lacuna observada para que o movimento surgisse:

(...) foi a condição da árvore na nossa cidade, mesmo nos bairros de classe média (...) e ainda mais nas periferias, foi compreendido que tem alguma coisa errada, quando vemos experiência de outros Estados e países (E3).

Assim, o Coletivo nasce da necessidade de fazer alguma coisa pela natureza, pela cidade e pela sociedade.

4.1.4 Coletivo Afro Raízes

O Coletivo Afro Raízes é um coletivo de negros e negras que atua na cidade de Fortaleza. Busca trazer para a comunidade o debate de raça e fazer com que as pessoas se identifiquem enquanto pessoas negras:

Queremos que os negros se auto afirmem, se empoderem desse discurso né? E repassem, tanto pra juventude, quanto pra pessoas que sofreram preconceitos a vida inteira e não conseguiram se enxergar quanto pessoas negras (E4).

Seu surgimento se deu no CUCA Mondubim, por meio da proposta de um educador social da instituição que sugeriu para seus alunos a exibição de filmes com temática sobre a cultura negra. “Dessa proposta então a gente começou a se planejar para fazer esses cine-debates, para discutir o assunto” (E4). Porém, não parou por aí. Começaram a surgir outras propostas por alunos que se identificavam com o tema:

Como o Baile *Black*, sarau, formações sobre religiões, movimentos negros como panteras negras, intelectuais negros...(E4).

Figura 9 – Integrantes do Coletivo Afro Raízes



Fonte: Perfil do Coletivo Afro Raízes no Instagram

Assim, nasceu o Coletivo, que no início levava o nome Cinegro, mas logo mudou para Afro Raízes, como explica:

(...) mudamos justamente pela questão das nossas raízes serem ancestrais afro, da África, de negros que vieram e tem toda uma história por trás dessa luta contínua... nós somos os frutos da dessas raízes(E4).

Aqui, também se corrobora o posicionamento de Gohn (2010), pois a questão identificada para a criação do Coletivo foi a vivência dos seus integrantes com relação ao preconceito racial encontrado diariamente na sociedade:

Quando a gente é negro, a gente sente, existe uma grande diferença na vida de uma pessoa negra e uma pessoa branca né? É nítido isso, só que as vezes a gente não sabe identificar que isso é racismo (E4).

Portanto, o Coletivo busca trazer à tona a discussão de raça e combater os padrões preconceituosos que já estão enraizados na sociedade.

4.2 CARACTERÍSTICAS GERAIS E PECULIARIDADES

Para a análise de dados da presente categoria foram utilizadas cinco subcategorias: auto-organização; tipo de hierarquia; dinâmica e processos; cidadania diferenciada e peculiaridades específicas.

4.2.1 Coletivo Dois Vetim

Como afirmam Portugali (2012) e Silva (2017), os ambientes auto-organizáveis possuem como características o surgimento espontâneo e emergente e altos níveis de interação entre as pessoas, o que se transforma em fonte de criatividade, aprendizagem e inovação. Assim, os coletivos urbanos de maneira geral possuem características que os revelam ambientes auto-organizáveis.

O Coletivo Dois Vetim surgiu de maneira auto-organizada, espontânea e emergente. Possui uma hierarquia horizontal, visto que as decisões são tomadas por meio de conversas e consenso entre seus membros.

Sobre as características gerais do Coletivo, no que tange à dinâmica de organização e processos do coletivo, foi identificado que não possui nenhum tipo de processo formalizado, toda a dinâmica ocorre de maneira informal. Para decisão das intervenções e estratégias, o Coletivo afirma não existir nenhum tipo de metodologia específica, pois as demandas surgem de forma espontânea por meio do *network*, como vemos nas seguintes falas:

Ah, é muito aleatório, porque já tem uma galera que a gente já cola (E1).

Normalmente a gente se junta com outros coletivos que já oferecem oficinas na nossa quebrada, então a gente chega com essa galera um dia, um tipo de oficina, no outro a nossa e assim vai levando todo tipo de linguagem (E1).

Com relação a fundos e verbas, eles afirmam não terem nenhum tipo de apoio público:

Se a gente tiver uma verba a gente faz, os outros coletivos ajudam, tipo a gente conseguiu o material e tal...é tudo na base da ajuda (E1).

Os grupos tentam ajudar a gente também. Galera qual é o material? A gente junta aqui a galera, faz uma cota e ajuda (E1).

É a gente por a gente mesmo, verba é do nosso bolso, da galera dos coletivos parceiros dos projetos que a gente corre (E1).

Os recursos financeiros é uma das maiores dificuldades que o coletivo enfrenta, pois é um fator limitante para o desenvolvimento do trabalho que se propõe:

Na maioria das vezes e a gente tem uma cota, porque tipo a gente não pode dar uma oficina pra 50 crianças porque o material não dá, acaba logo. Aí infelizmente a gente tem um limite de no máximo 15 a 20 crianças (E1).

Outra dificuldade é a participação em editais públicos de incentivo à cultura e arte, tanto por conta da burocracia, pela dificuldade de escrever o projeto e interpretar os editais, quanto por muitas vezes o edital está ligado a projetos que os membros não concordam participar:

(...) tipo, se a gente for ficar esperando edital, vixeee, pode esperar, não sai nada (E1).

Por que também tem que lê e a leitura é muito difícil, a escrita é muito difícil, a gente precisa de uma oficina mesmo pra entender, tipo galera essa parte aqui quer dizer isso... (E1).

A gente fica com pé atrás porque as vezes são editais que levam nomes, levam uma logomarca que a gente fica assustado, como no caso do Ceará Pacífico...será que a gente vai escrever alguma coisa pra esse edital? É o que a gente costuma dizer, Ceará Pacífico pra quem? (E1).

Sobre a visibilidade do coletivo, os membros afirmam que existem muitos coletivos na cidade, mas que o Dois Vetim costuma ser lembrado e chamado para falar ou participar de eventos:

(...) as vezes a gente é chamado pra alguma fala, aí a gente é visto, teve no observatório, teve a exposição que a gente participou aqui no Dragão do Mar no Maloca, ... então de vez em quando a gente tá por aí. Tem que aproveitar esses espaços (E1).

E com relação à aceitação do Coletivo por parte da comunidade os integrantes afirmam que são bem aceitos:

A aceitação é muito massa, porque arte é cultura, eles gostam de ser vistos, eles gostam de ter essa atenção. Uma troca de 10 minutos, em que eles falam sobre os sonhos deles, já é um *up* pra eles (E1).

Sobre recrutamento e uso da internet, o coletivo não busca recrutar novos membros e não utiliza o espaço virtual com este fim, utilizando as redes sociais apenas para divulgação de trabalhos e intervenções, além de contato com outros coletivos:

Usamos o instagram, pra mostrar o que tamos fazendo e também pra divulgar eventos que vamos participar (E1).

Ao analisar a subcategoria peculiaridades específicas, identificou-se que o coletivo se auto intitula um coletivo periférico e marginal:

Ainda hoje nós temos um viés marginal e periférico, pois é o que a gente é, e a gente não renega isso em nenhum momento (E1).

Outra característica específica encontrada, foi a compreensão das diferenças e peculiaridades nas comunidades que atua. Os membros do Coletivo compreendem que as peculiaridades devem ser primeiro compreendidas para, a partir disso, se planejar e realizar o trabalho, na forma preconizada por Jacobs (2011) que, ao combater o planejamento tradicional nas cidades, propõe um planejamento específico conforme as singularidades de cada realidade. Podemos observar isso nas seguintes falas:

A gente é de bairros diferentes, mesmo sendo de periferia eles têm demandas diferentes, a população é diferente (E1).

A gente conversa primeiro, sobre aquela área, a vivencia deles naquela área e aí decide quando e o que fazer (E1).

A gente não chega pra dar oficina, a gente chega pra conhecer como que é aqui, como é que são os jovens, como é que é a realidade deles, a gente

conversa com eles, tenta conhecer primeiro, pra depois chegar lá dando o nosso conhecimento (E1).

A adaptação também foi uma característica identificada no coletivo, visto ser uma característica dos sistemas complexos, como afirma Morin (2005):

Quando vamos marcar uma oficina, a gente sempre liga e pergunta, vamo fazer?... hoje dá certo? Vixe dá não... remarca... a gente tem toda uma adaptação mesmo pra cada atuação (E1).

Ao fazer a triangulação entre referencial teórico e dados empíricos, depara-se com o conceito de cidadania diferenciada trazida por Holston (2013), que enfatiza a forma como a democracia, em países como o Brasil, trata os sujeitos de forma desigual e não oferece acesso a direitos básicos, o que significa um tratamento diferenciado entre os cidadãos. É possível identificar esse conceito nas vivências trazidos pelos membros do coletivo Dois Vetim:

Cara, lá na Barra (Barra do Ceará) é muito foda, porque a gente só tem assistência do CUCA e o CUCA ele não abraça toda a Barra, a galera acha que por ser um equipamento de um bairro ele abraça todo bairro, só que não (E1).

Tipo, tem favela lá que não tem nem água, não tem luz. A galera lá é tipo na base da ajuda mesmo, um trampa, tem trabalho de carteira assinada, aí já ajuda quem não tem emprego, quem não tem nem o que comer (E1).

Lá no Planalto do Pici não tem nem esse aparato do Governo aí que é o CUCA, nem a UFC que é vizinha a galera não pode nem entrar lá, nem usar a pista de corrida se quiser treinar lá, não pode entrar, é barrado pelos guardas. Lá a gente é esquecido mesmo, não tem nada, não tem nada de incentivo à cultura e arte (E1).

Holston (2013) afirma, ainda, que os cidadãos tratados de maneira diferenciada insurgem-se contra as ditaduras sociais enraizadas e o sistema vigente:

O que fazemos é promoção dos direitos humanos, porque cultura, arte, educação, atenção, é direitos humanos. Ainda mais vindo de uma galera jovem, vem de uma galera que está vivenciando as áreas entendeu?! É políticas públicas, é direitos humanos, é resistência, insistência, insurgência... um bocado de coisa (E1).

Por conta dessa diferenciação encontrada no dia-a-dia o Coletivo afirma que, por meio do trabalho que realiza, não fazem apenas políticas públicas, mas algo muito maior.

4.2.2 Coletivo Ciclanas

O Coletivo Ciclanas também pode ser considerado uma formação auto organizada, pois nele podem ser identificadas características como emergência, surgimento espontâneo e alto grau de interação entres seus membros, o que gera um ambiente dinâmico e criativo (PORTUGALI, 2012: SILVA 2017).

Possui uma hierarquia horizontal, sem lideranças, apesar de ter algumas integrantes que atuam de maneira mais comprometida, caracterizada como uma multiliderança, conforme fala da E2:

Não existe isso de líderes, o que é que acontece nesses movimentos que se intitulam horizontais, sempre tem algumas pessoas que vão fazendo, fazendo... e acabam se destacando e levando mais as coisas pra frente (E2).

Por possuir característica de horizontalidade, o coletivo afirma ter uma necessidade maior de tempo para seu funcionamento e realizações de atividades quando comparada com organizações verticais.

O tempo de decisão para o Ciclanas é um tempo muito maior visto que é necessário a opinião de mais pessoas, discutir todo mundo (E2).

O Coletivo não é institucionalizado e não tem essa pretensão, visto que, para qualquer demanda em que seja necessário algum tipo de institucionalização, o Coletivo pode contar com o auxílio da Associação Ciclovida Fortaleza, que é a associação de ciclista da cidade.

Não existe nada institucionalizado, tudo informal mesmo. Não temos essa pretensão, já existe o Ciclovida (E2).

Com relação a fundos e verbas, o coletivo não tem nenhum tipo de financiamento público e nem privado. Quando necessário algum tipo de verba, recorrem a alternativas como *crowdfunding*, cotas entre membros e ajuda da Associação Ciclovida Fortaleza:

A gente quando quer fazer alguma coisa tira do bolso. Ciclanas não tem fundos, para participar de eventos é através de vaquinha online (E2).

Existe essa interação com a ciclovida, é uma das formas de angariar fundos também (E2).

O coletivo funciona por meio de duas dinâmicas: no espaço virtual, pelo grupo fechado do Facebook, Instagram, Twitter e e-mail e fora da Internet, com assembleias e encontros e diferentes atividades: “Existem meninas que não atuam, só se identificam com a causa. Mas quando é alguma intervenção, como oficinas, nós divulgamos na página do grupo no Facebook” (E2).

Lima (2015) destaca que a sociedade em rede tem auxiliado na divulgação e convergência das demandas que emergem dos cidadãos para as mudanças nas cidades. A dinâmica de atuação do Coletivo Ciclanas corrobora com esta afirmação. Visto que, essa dinâmica acontece por meio das demandas que surgem tanto de forma presencial quanto no ambiente virtual:

O coletivo funciona por demanda, surgiu a demanda, reuniu, chama e vai(...) (E2).

As demandas são decididas nas assembleias e na página do Facebook (E2).

Para a organização e execução das demandas que surgem, segue o processo de elencar as demandas e delegar membros para que sejam realizadas:

O que é que, o coletivo está precisando no momento, tem alguma mulher precisando do que agora? A gente tem um post (Facebook) que tem uma lista de coisa que estão sendo demandadas (E2).

São elencadas e realizadas por disponibilidade de pessoas voluntárias (...) o que pode ser realizado, a gente vai e coloca pra fazer (E2).

A atuação de cada membro em relação às demandas ocorre pela aptidão e vontade de realizar a tarefa. A discussão de estratégias das intervenções é feita nas assembleias presenciais e realizada no grupo fechado do Facebook ou por aplicativo de mensagens, o que reforça o seu caráter horizontal. O gerenciamento dos espaços virtuais é realizado por mais de uma pessoa e funciona da seguinte forma:

(...) três ou quatro pessoas gerenciam o Instagram e mais cinco o Facebook. Todas têm acesso ao e-mail. E umas três têm acesso ao Twitter (E2).

Quando questionada sobre a aceitação pela sociedade, afirma que “o movimento é muito bem recebido de forma geral” (E2). No que tange ao recrutamento ou participação de novos membros, pode ocorrer de duas formas: a presencial, indo para as assembleias e participando ativamente das demandas e pelas redes sociais:

A pessoa solicita a participação no grupo pelo Facebook e as meninas que administram, entram na página da pessoa que solicitou, olha algumas coisas, se for página de casal, ou se a gente achar que é perfil *fake*, a gente não aceita, existe uma certa investigação para ser aceita (E2).

Na subcategoria de peculiaridades específicas, identifica-se que o coletivo se auto declara feminista e o seu posicionamento político:

Com o tempo o coletivo sentiu a necessidade de se auto declarar feminista, assim como sentimos a necessidade de tomar uma posição política (E2).

O coletivo surgiu por uma demanda feminista, mas nós não nos auto-intitulávamos feministas (E2).

O lance que a gente queria no início era colocar mulher andando de bicicleta na rua, é uma causa feminista, é sim. Mas, a gente não pontuava isso, mas depois de 1 ou 2 anos é que de fato nós nos afirmamos como um coletivo ciclofeminista (E2).

Não participamos de eventos da gestão pública como Ciclanas (E2).

Não conversamos com instituição, a gente não conversa com mídia, nem jornalista, a não ser que seja independente (E2).

Sobre o posicionamento político, o Coletivo afirma que não participa de nenhum evento ou ação realizada pela atual gestão municipal ou estadual, além de não falar com a mídia.

4.2.3 Movimento Pró árvore

Ao se analisar a presente categoria pode-se identificar no Movimento Pró árvore indícios de auto-organização e emergência, como o surgimento espontâneo e o alto grau de interação entre seus membros (PORTUGALI, 2012).

Portanto, como características gerais identifica-se no discurso do Coletivo a horizontalidade, multiliderança e descentralização. O Coletivo afirma que não existe eleição, os papéis são desempenhados de maneira livre e fluida, como mostram as falas:

O Antônio Sérgio (fundador) tirou uma licença, um afastamento do grupo e após isso o grupo se viu em outro momento, uma outra configuração. Outras pessoas começaram a se mexer, a liderarem (E3).

Percebemos como é importante essa característica de formação, de movimento mesmo. Muitas vezes está bem paradinho como a natureza, as vezes está a florado, as vezes espinhento(E3).

Não existem líderes fixo, não existe nada centralizado (E3)

O movimento possui caráter informal, seus componentes acreditam se articularem melhor por meio da informalidade:

Ninguém do grupo trabalha só com isso (E3).

Nos hesitamos muito em nos registrar com CNPJ, mas acho que será uma coisa que vamos ter que acabar pensando nisso (E3).

A maioria gosta mais dessa informalidade, por que dessa maneira a gente consegue encontrar mais força mais verdadeira, porque é a força do momento, quem é que tá a frente agora, fico na retaguarda, deixo fulano ir, e assim a gente vai se organizando (E3).

A descentralização é outra característica de grande importância para o movimento, pois através desta o movimento consegue se ramificar mais:

Não existe centralização. Se tiver várias ramificações pela cidade o movimento se espalha mais (E3).

Não queremos ter controle de tudo que os membros do Pró árvore realizam, basta entender a nossa bandeira e tem autonomia pra ir e fazer. Mesmo ações individuais se tem a bandeira do pró-arvore tá valendo (E3).

O movimento funciona em duas frentes, uma no ambiente virtual, que atualmente é composto por duas mil a três mil pessoas que se identificam com a causa no grupo fechado do Facebook. A outra formada por pessoas mais presentes e ativas, o chamado núcleo duro, com um total de doze pessoas:

Os perfis dos membros são bem variados, tem estudante, aposentados, fotógrafos, essas pessoas são de classes sociais diferentes, possuem visões políticas diferentes. Existe uma troca muito grande e um aprendizado enorme (E3).

Sobre fundos e verbas, o movimento não recebe nenhum tipo de financiamento público ou privado. “Todas as despesas saem dos nossos bolsos, tudo pela causa” (E4). Ao serem questionados como tem sido a aceitação do grupo pela sociedade? O coletivo afirma que é bem aceito, pois existe uma demanda muito grande por parte da sociedade:

Eu fico é muito impressionada, pois há uma demanda muito grande, mas tão grande, por parte da população. Vem de todos os bairros, a gente recebe denuncia, perguntas... (E3).

No que tange às demandas do movimento, os integrantes afirmam que “no início nós criávamos as pautas, baseadas em um ideal que tínhamos, como ter cartilha da árvore, plantio de árvores, replantação da mata ciliar da nascente no Parque Rio Branco” (E4). Atualmente, as pautas são realizadas conforme as demandas que surgem, “essas demandas chegam, hoje temos muitos problemas com relação as podas” e “é o núcleo duro que analisa e vê o que é possível para ir articulando” (E4). Algumas ações são convocadas na Internet por meio do grupo do Facebook, já outras são realizadas apenas pelo núcleo duro, como a ida ao mato, representações em audiências públicas e outras.

Sobre o recrutamento de novos membros, o movimento afirma que “no início, acontecia os encontrões, que eram reuniões para tirar as pessoas do virtual para o real” (E4). Mas, atualmente, eles deixam as pessoas à vontade para entrarem no movimento quando sentirem vontade. A ida à rua, acontece por meio de uma caminhada, que é uma forma de chamar atenção e recrutar novos membros. A utilização das redes sociais também é uma maneira de recrutar novos membros e de o movimento ganhar mais visibilidade.

4.2.4 Coletivo Afro Raízes

O Coletivo Afro Raízes também pode ser considerado uma formação auto-organizada e emergente (PORTUGALI, 2012; TEODORO, 2015). Com relação às características gerais do coletivo, a sua hierarquia é horizontal, as funções desempenhadas por cada membro são atribuídas conforme aptidão pessoal, e as decisões são tomadas por consenso de maneira informal:

Coletivo é todo mundo junto, a gente trabalha com horizontalidade, cada pessoa faz conforme sua aptidão, enfim cada um fica responsável por uma parte, cada um desenvolve conforme sua aptidão, não existe hierarquia formal (E4).

Sobre fundos e verbas, eles afirmam que não recebem nenhum tipo de verba. O apoio que recebem é com a estrutura física do CUCA Mondubim, onde podem fazer as reuniões do coletivo e realizar alguns eventos e atividades. Quando precisam levantar fundos buscam fazê-lo por meio de rifas e pretendem também escrever projetos para concorrerem em editais:

A gente tem um pouco de apoio do CUCA, do espaço para fazer atividade, a gente tem apoio dos educadores sociais mesmo, mas com a gente precisa angariar fundo mesmo pra outro tipo de atividade a gente faz rifa (E4).

Tô tentando elaborar uns projetos para participar de outros editais (E4).

Sobre a dinâmica e processos do Coletivo, com relação às demandas, algumas são criadas pelos seus membros, buscando sempre movimentar o Coletivo. Já outras, surgem por sugestão do CUCA. O Coletivo se reúne duas vezes por semana, às quintas e sextas.

Na quinta acontece os grupos de estudos... pra gente também adquirir conhecimento e compartilhar conhecimento enquanto coletivo(E4).

(...) dia de sexta, que é o dia que a gente tem a reunião pra resolver as demandas, aqui sempre tem demanda(E4).

Quanto ao recrutamento de novos membros, o coletivo está sempre aberto a receber novas pessoas que se identifiquem com a causa. São utilizadas as redes sociais como Instagram e Facebook para divulgação de suas atividades, além

de buscar alcançar novos membros para o Coletivo, como vemos na seguinte fala: “Às vezes chegam pessoas que veem nosso trabalho aqui no CUCA, e tem também pelas redes sociais. São pessoas que aparecem e vem pra somar ao coletivo” (E4).

Sobre a aceitação do Coletivo pela sociedade, afirmam terem dificuldades, “porque quando a gente aborda a raça, é complicado ... as pessoas falam muito sobre o debate da classe, mas essa classe não é voltada para raça... as pessoas não entendem, as pessoas julgam muito” (E4). O Coletivo compreende essa dificuldade como um problema de racismo estrutural, que já está enraizado na sociedade, mas lutam para ampliar esse debate, como observamos na seguinte fala:

Trazer o debate de raça onde as pessoas só usam o discurso de classe, a pobreza como forma de justificar o início de preconceito, mas a gente sabe que isso é uma questão histórica de racismo (E4).

Mas assim, o pouco que a gente trabalha já faz diferença (E4).

O coletivo relata a dificuldade de compreensão da mensagem que deseja passar, como no Baile *Black*, uma festa temática sobre a cultura negra:

A gente notou que eles não captaram a mensagem que a gente queria passar, tipo, o primeiro Baile *Black*, lotou muito, mas nem todo mundo compreendeu a proposta, de ter só músicas de pessoas negras, de ser um movimento de ocupar um espaço de resistência (E4).

Essa dificuldade de compreensão sobre a “causa” do coletivo, gera muita angústia e indignação nos membros do Coletivo, como pode-se observar:

... precisamos mudar enquanto comunidade mesmo ... buscar esse resgate e essa luta, que não é de hoje é de séculos atrás né? É uma luta que infelizmente a gente precisa estar debatendo sempre o mesmo assunto, a mesma coisa, e a gente queria sair desse debate de identidade e conseguir fazer coisas que gerem coisas melhores, que a gente saia do debate de genocídio de identidade e passe pra coisas maiores que engrandecem. Esse é o nosso sonho como movimento, sair do debate de coisas que já eram pra ser entendidas, mas a gente tem um sistema que massacra a gente e é uma resistência difícil. Existe uma necessidade de emergência mesmo, de entrar esse tipo de pauta nas faculdades em todos os ambientes da sociedade e a gente se colocar dentro disso (E4).

Na análise da fala, é possível remetê-la ao conceito trazido por Holston (2013) sobre a cidadania diferenciada, que aborda a herança histórica e cultural precursora dessa diferenciação entre cidadãos. Holston (2013) aborda essa

diferenciação sob o viés da classe social e o Coletivo Afro Raízes relata essa diferenciação pelo viés da raça.

O discurso da cidadania diferenciada continua sendo relatado durante toda a entrevista por meio de exemplos que os integrantes do coletivo passam diariamente:

A galera fez um ato contra a violência policial, por que nosso amigo e tava na parada de ônibus e os guardas municipais agiram com uma violência desnecessária, ele tava só na parada de ônibus. A gente sabe a motivação disso, dessa violência, foi a cor da pele dele, saíram puxando o cabelo dele... acho que todo mundo aqui já passou por isso ou viu isso acontecer (E4).

No Canidezinho, a gente gosta muito de vivenciar, vai todo mundo lá pra praça curtir um reggae. Mas vão botar uma torre da guarda municipal, eles querem acabar com o evento que acontece lá. Já aconteceu várias e várias vezes da polícia chegar lá, com bala de borracha e tal... E é um evento que movimenta mais de 300 pessoas dentro de uma praça, que era pra ser ocupada, lugar de lazer, mas eles não entendem. Vamos analisar, porque em eventos no Dragão do mar, no Benfica que reuni várias pessoas isso não acontece? Quem é o público? (E4).

No discurso, identifica-se também como a cidadania diferenciada é o principal estímulo para a insurgência cidadã, que busca por melhores condições de vida para a população marginalizada:

O Estado ele tem uma certa negligencia sabe?... sinceramente eu acho que o Estado não tá nem aí pra gente sabe? Pro que realmente faz a mudança sabe?! Ele trata com muita negligência nossas pautas... quando tem financiamento, ele é muito escasso e é direcionado pra certas localidades que não é a periferia, se liga? E mesmo quando é na periferia falta até divulgação, as pessoas não sabem ao que podem ter acesso. E quando é algo mais independente a gente vê o estado agindo com violência, ou negligenciando, não dando apoio nenhum, se liga? É o que eu vejo em todos os coletivos periféricos ou projetos (E4).

No discurso observar-se também o sentimento de marginalização e negligencia do Estado com os membros do Coletivo.

4.3 INTERVENÇÕES E CONSEQUÊNCIAS

Nesta categoria, serão analisadas três subcategorias: Tipos de intervenções realizadas pelos coletivos, abrangência dessas intervenções e consequências observadas.

4.3.1 Coletivo Dois Vetim

O coletivo Dois Vetim trabalha com três viéses de intervenções:

- a) Oficinas: São oficinas sobre fotografia realizadas com crianças e adolescentes nas periferias de Fortaleza como o Pirambu, o Planalto Pici entre outros.

Figura 10 – Cartaz de Oficina de Câmera Obscura



Fonte: Perfil do Coletivo Dois Vetim no Instagram

- b) Exposições Fotográficas: Os fundadores do Coletivo, ambos autointitulados fotógrafos marginais, captam a realidade da vida cotidiana das periferias por meio da fotografia. O Coletivo já teve seus trabalhos expostos em alguns eventos e projetos como o Ocupa Periferia, Festival Maloca, Festival de Fotografia do Sertão Central, entre outros. Neste viés, os integrantes realizam uma curadoria das próprias fotos e expõem em varais, como explicam:

Na favela tudo é colocado no varal pra secar, a gente expõe a foto desse jeito, no varal, o mesmo pregador de roupa tá lá pregado na foto, porque a gente não curte o lance de enquadrar as fotos, de molduras (E1).

Figura 11 – Exposição Fotográfica do Coletivo Dois Vetim



Fonte: Perfil do Coletivo Dois Vetim no Instagram

- c) Outras publicações: Este viés, abrange trabalhos como os fotozimes, pequenos livros, manuais de fotografia, além da participação em falas e debates em eventos relacionados a fotografia, juventude, periferia.

Figura 12 – Oficina de Câmera obscura



Fonte: Perfil do Coletivo Dois Vetim no Instagram

Com relação à abrangência das intervenções, ela é local, com foco nas periferias da cidade de Fortaleza. Sobre a frequência, seus membros explicam que não existe um cronograma ou frequência pontual, pois atuam em ambientes instáveis, como mostra a seguinte fala:

Como a gente trabalha em um território muito inflamado e incerto, a gente não pode ter cronograma, infelizmente. A nossa ideia era fazer uma oficina por mês no mínimo. Exemplo, a gente tá tentando falar aí com uma galera de uma favela que está em conflito faz 3 semanas entendeu, então não dá pra gente fazer e seguir um cronograma, mas a gente tá ali colando e vendo como é que tá? Tá tudo bem? Como que tá a galera? Como tá o clima?

Enquanto isso a gente vai falando com outros, de outros pontos da cidade (E1).

Como consequências das intervenções que realiza é citado o aumento na autoestima dos participantes das oficinas. Outra consequência é os aumentos de convites para participarem de eventos e falas sobre coletivos.

Eles gostam de ser vistos, eles gostam de ter essa atenção. Uma troca de dez minutos, onde eles falam sobre os sonhos deles, que muitas vezes estão quase mortos ou não, já é um *up* pra eles (E1).

A gente é convidado para algumas falas e eventos sim (E1).

Ainda sobre a consequência das intervenções que o Coletivo realiza, está a mudança na sociedade, apesar de não conseguirem mensurar como essa transformação, de fato, tem acontecido:

A gente tem a consciência de que a mudança acontece quando se faz algo diferente. Como dizem, uma andorinha só não faz verão, então a gente junto é mais forte. E a gente tá junto de uma galera massa, uma juventude que está aí ó na batalha, na luta, derrubando muro, pulando muro, então a gente junto, chama atenção com certeza, já está chamando (E1).

Assim como afirma Lima (2015), o Coletivo também acredita que o trabalho realizado junto com outros grupos e movimentos é algo transformador.

4.3.2 Coletivo Ciclanas

O Coletivo trabalha com duas vertentes de intervenções. No espaço virtual, por meio do grupo fechado do Facebook, Instagram, Twitter, YouTube, o Coletivo discute assuntos ligados a gênero e ciclismo, como assédio, machismo, feminismo e violência urbana. E, fora da Internet, atua com palestras, pedaladas, debates, rodas de conversas, intervenções artísticas como lambe-lambe (tipo de técnica utilizada para colagem de cartazes) e estêncil (técnica utilizada para aplicação de desenho ou ilustração por meio da aplicação de tinta através de uma perfuração ou corte realizado em papel ou acetato como uma espécie de fôrma), participação em eventos, realização de oficinas sobre diversos temas (alongamento, mecânica para mulheres, bordado, estêncil, noções de ergonomia para ciclistas) e até uma cicloviagem.

Figura 13 – Protesto do Coletivo Ciclanas



Fonte: Perfil do Coletivo Ciclanas no Instagram

Sobre a abrangência das intervenções que realiza, de maneira geral possui foco local (cidade de Fortaleza), mas tiveram alguns casos de maiores abrangências como o caso do Coletivo Ciclanas Blumenau, que foi inspirado na experiência do Ciclanas Fortaleza e as intervenções urbanas como o lambe-lambe, que também teve uma abrangência para outros estados. Assim, essas ações tendem a assumir uma amplitude e até mesmo transformá-los em movimentos mais abrangentes, os quais ultrapassam os níveis locais (LIMA, 2015).

Figura 14 – Cartaz Saia Pedalando



Fonte: Perfil do Coletivo Ciclanas no Instagram

Como consequências das intervenções, foi observado o fortalecimento da causa cicloativista, como que aconteceu no I Fórum Nordestino da Bicicleta, que por meio de um debate que o Coletivo participou, foram geradas reuniões com outras mulheres nordestinas que levaram essa articulação para suas cidades de origem; convites para roda de conversas e palestras; como também a criação do Ciclanas Blumenau, coletivo inspirado na vivência do Ciclanas Fortaleza.

Figura 15 – Cartaz do Cineciclanas



Fonte: Perfil do Coletivo Ciclanas no Instagram

Outra consequência citada, é o aumento no número de mulheres utilizando a bicicleta nas ruas da cidade:

(...) aconteceram algumas campanhas que a gente sabe que a gente tava brigando e falando repetidamente... (E2).

Só conseguimos mudar a cidade estando na rua, enfrentando, pedalando, ficando em casa não dá não! Vai, e vai com medo mesmo. Ter medo é normal (E2).

No discurso, o Coletivo também afirma que identificam campanhas públicas realizadas pelos órgãos governamentais e que não são vinculadas ao coletivo, mas que os temas foram induzidos pelo grupo.

4.3.3 Movimento Pró árvore

O movimento Pró Árvore atua em três vertentes:

- a) Sociedade: Orientando e educando por meio de atividades como a ida à rua, onde realizam caminhadas, abraço a árvore, mesas de sementes. Buscam por esse viés chamar atenção da população para a causa do Movimento; palestras e prestação de serviço como orientações sobre qualquer tipo de demanda que apareça relacionada à causa ambiental;

Figura 16 – Mesa de sementes



Fonte: Página do Movimento Pró-Árvore no Facebook

- b) Poder público: Cobrando, prestando consultoria e denunciando. Esse viés de atuação acontece por meio de participação em audiências públicas; eventos realizados pela gestão municipal e estadual; entrada com ações junto ao Ministério Público:

Vamos entrar com uma ação no Ministério Público para cobrar da atual gestão um olhar sobre as podas... vimos que o documento não condiz com nada com que está sendo praticado. Vamos cobrar o que está escrito (E3).

A nossa atuação em relação ao poder público é também pra mostrar que eles não podem fazer o que eles querem, e geralmente o que eles querem está ligado ao lucro ou a política (E3).

- c) Atividades do Núcleo duro: Nesta instância, são realizadas apenas atividades com os membros mais ativos do movimento: as expedições, onde são feitas catalogações de espécies; trilhas para recolhimento de mudas e sementes; criação de viveiros de mudas; plantação de árvores e plantas nativas. Como vemos nos seguintes trechos:

Fazemos expedições, trilhas para ver as espécies, escrevemos artigos, sobre a fauna e a flora. O Pró Árvore também é ciência (E3).

O pró-árvore tem vários viveiros de mudas espalhados pela cidade nas casas das pessoas (E3).

Figura 17 – Plantação de árvores

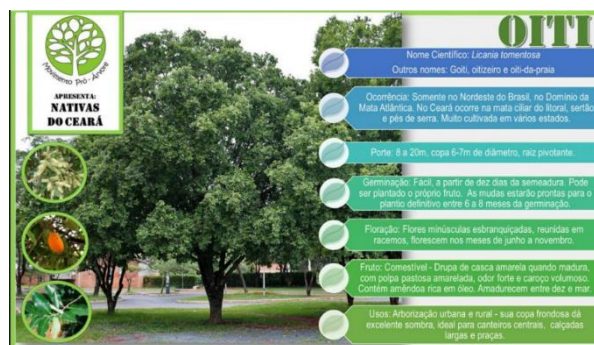


Fonte: Página do Movimento Pró-Árvore no Facebook

A abrangência do Movimento se dá principalmente na cidade de Fortaleza, mas ultimamente começou a se espalhar pelo Estado também.

Como afirma Lima (2014), os movimentos insurgentes desempenham um papel essencial para mudanças nas atuais práticas de planejamento urbano, o que se pode identificar também nas consequências observadas pelas intervenções realizadas pelo Movimento.

Figura 18 – Plantas Nativas do Ceará



Fonte: Página do Movimento Pró-Árvore no Facebook

São citadas algumas conquistas. O Plano de arborização é uma delas. Foi lançado em 2014, tendo o intuito de incentivar de forma ordenada e sistematizada, os plantios em Fortaleza “acredito que esse plano teve sim um dedo do Pró Árvore” (E3). Outra conquista citada é o Programa Estadual de Valorização das Espécies Vegetais Nativas, que visa controlar a proliferação do plantio de espécies não

nativas que causam impactos ambientais, trazendo prejuízos a outras espécies da flora e fauna do bioma da caatinga. “Essas árvores são malélicas, causam infertilidade de abelhas, intoxicam o lençol freático...” (E3).

Foi citada também a Regulamentação do Parque do Cocó, que em junho de 2017 tornou-se um Unidade de Conservação de Proteção Integral. Apesar da conquista, o Pró Árvore e outros grupos e movimentos assinaram nota criticando a demarcação final do Parque:

(...) na questão do Cocó, uma conquista, não só da gente, outros movimentos também. Ter o parque como um parque de preservação mesmo (E3).

O movimento ainda afirma que todas as ações realizadas possuem o intuito de olhar de maneira especial para a cidade, como afirmam os seguintes trechos:

Para que entendam e possam ter esse olhar para cidade... o que é melhor para a cidade dela (E3).

É uma ferramenta para que o cidadão exerça sua cidadania, de ter direito a uma cidade melhor gente, de ter mais qualidade de vida e não só receber e sofrer as escolhas de uma gestão que muitas vezes o cidadão não concorda ou então não para pra pensar (E3).

Além de serem vistas como ferramentas que auxiliam para despertar da cidadania nas pessoas.

4.3.4 Coletivo Afro Raízes

O Coletivo Afro Raízes atua com diversas atividades, entre as principais estão: Cinedebate, Baile *Black*, Sarau, Formações, Grupo de Estudos e Rodas de Conversas.

O Cinedebate, realiza a exibições de filmes e documentários sobre cultura negra e personalidades negras que ganharam destaque. Além disso foi a primeira atividade desenvolvida pelo Coletivo:

Atualmente acontecem no CUCA, mas já temos planos de levar pra fora e sempre as atividades que a gente realiza aqui no CUCA a gente faz o convite também pra comunidade fora do CUCA (E4).

O Baile *Black* é uma festa temática sobre a cultura negra, onde só toca música negra e as danças são relacionadas à cultura negra. Esse tipo de evento busca trazer um espaço de resistência da cultura negra. O Sarau é outra atividade que realizam, com o intuito de apresentar *performances* artísticas relacionados à cultura negra. As formações, são um tipo de curso voltado apenas para membros do Coletivo. Para a realização desta atividade, são convidadas pessoas que possuem conhecimento sobre o assunto a ser abordado:

A gente convida pessoas de fora do coletivo pra abordar certos assuntos... tipo... já fizemos sobre religiões africanas... então temos que buscar pessoas que tenham mais conhecimento no assunto pra trazer (E4).

Figura 19 – Cartaz Baile Black



Fonte: Perfil do Coletivo Afro Raízes no Instagram

Existem também as Rodas de conversas, que são realizadas em Escolas, no CUCA, ou onde forem convidados. Eles também criaram um programa de rádio, onde abordam assuntos da cultura negra e tocam *Black Music*. Além disso, ainda são realizados os Grupos de Estudo, que acontecem semanalmente com os integrantes do coletivo:

“É justamente para gente conseguir fazer as formações, ter a base pra gente repassar pra outras pessoas também o que é a nossa proposta, e pra gente também adquirir conhecimento e compartilhar conhecimento enquanto coletivo” (E4).

Figura 20 – Oficina de Abayomi



Fonte: Perfil do Coletivo Afro Raízes no Instagram

Com relação à abrangência das intervenções, elas são locais. A maioria são realizadas dentro do CUCA Mondumbim e adjacências. Sobre a frequência dessa atividade, os integrantes afirmam que algumas delas são semanais como o caso do Grupo de Estudos e do programa da rádio. As demais atividades são realizadas pelo menos uma vez por mês.

Sobre as consequências observadas pelas atividades realizadas pelo Coletivo, é citada uma *performance* que foi realizada em um Sarau, que abordava a violência policial contra Jovens negros e relataram o caso de um amigo que faleceu depois de uma abordagem truculenta da polícia.

Através da nossa última performance no sarau, a gente viu que a gente alcançou pessoas que a gente nunca imaginava. Geral veio falar com a gente, as pessoas tavam muito impactadas. Chegou em pessoas que não vieram, mas souberam da performance, eu nunca imaginaria, o povo lá da Barra, Aldeota, Fortaleza toda falava sobre essa performance. A gente começa a ver que está sendo enxergado, estão vendo a gente, estamos sendo referência (E4).

Porém, de maneira geral os integrantes não enxergam que conseguiram criar ou influenciar as políticas públicas, conforme a seguinte fala: “O coletivo sozinho não enxerga que conseguiu criar políticas públicas, ou influenciar para a criação delas” (E4). Observa-se também o senso de coletividade para mudança da sociedade. “O Coletivo sozinho não tem essa força, mas o movimento de todos juntos (outros coletivos e movimentos) é bem melhor e de fato consiga fazer algo mudar” (E4).

4.4 INTERAÇÕES COM OUTROS GRUPOS E COM A GESTÃO PÚBLICA

Nessa categoria serão analisadas as relações e interações que os Coletivos desenvolvem. Serão utilizadas três subcategorias: Interações e relações com Governo do Estado, Interações e Relações com a prefeitura e Interações e Relações com outros Coletivos e Movimentos.

4.4.1 Coletivo Dois Vetim

O Coletivo Dois Vetim não possui relação com a prefeitura de Fortaleza ou com qualquer outro órgão municipal. Apenas um convite de participação em um evento no Observatório de Fortaleza.

Com relação ao Governo do Estado, eles afirmam que possuem um diálogo com a Secretaria de Educação do Estado:

(...) tem com a SECULT, a gente tem um pequeno diálogo com a secretaria do Estado, mas é bem complicado da gente conseguir formalizar mesmo alguma parada pra gente mesmo, pra gente conseguir pelo menos uma grana pra comprar material (E1).

Sobre as interações e relações com outros coletivos e movimentos, eles afirmam que a base da atuação deles se dá pela relação com outros coletivos de periferia:

A gente se junta com outros coletivos que já oferecem oficinas na nossa quebrada, então a gente chega com essa galera um dia um tipo de oficina, no outro a nossa e assim vai levando todo tipo de linguagem (E1).

Portanto estas interações são fundamentais para que o Coletivo consiga desenvolver suas atividades.

4.4.2 Coletivo Ciclanas

Coletivo Ciclanas não possui interações e relações com Governo Estadual, nem com a Prefeitura Municipal de Fortaleza, devido ao seu posicionamento político.

No que tange às interações e relações com outros coletivos e movimentos, o Ciclanas afirma que:

Existe essa interação. Com a Ciclovida é uma forma de angariar fundos, tem a parceria com bike anjo e tem também com o movimento nacional cicloativista. Outro tipo é com movimento feminista (E2).

Portanto, essas interações se limitam as citadas pelo coletivo.

4.4.3 Movimento Pró árvore

O Movimento Pró-Árvore possui relações e interações com alguns órgãos públicos, tanto municipal quanto estadual como a SEUMA, SEMA, URBIFOR e Horto Florestal. O Movimento afirma que essas relações e interações não acontecem apenas como uma relação de cobranças, mas também de parcerias por meio de consultorias. Essas relações têm como intuito influenciar a forma que é conduzida a gestão pública:

Nós buscamos influenciar a gestão para ter um olhar mais atento ao meio ambiente, cuidado com a cidade, tornar mais agradável...sensibilizar o poder público para a valorização do bioma nativo da caatinga (E3).

No que diz respeito a relações e interações com outros coletivos e movimentos:

Como na questão do Cocó não só a gente, mas juntos com outros movimentos também, lutamos para ter o parque como um parque de preservação mesmo (E3).

Portanto, o Movimento busca desenvolver esse tipo de relacionamento com movimentos ligados as questões ambientais.

4.4.4 Coletivo Afro Raízes

O Coletivo Afro Raízes afirma que não existem relações e interações com Governo do Estado e Prefeitura Municipal de Fortaleza, o contato se dá apenas através do CUCA Mondubim, onde são realizadas as principais atividades do coletivo.

No que tange a parcerias com outros coletivos e movimentos, o Coletivo ainda não realizou muitas:

Não temos ainda muitas parcerias com outros coletivos, mas já fizemos uma com a galera do reggae curta roots. A gente quer buscar mais isso, porque é uma forma de fortalecer né?! (E4).

Apesar de não ter esse aspecto bem desenvolvido, o Coletivo compreende a importância deste tipo de relacionamento, como observado na seguinte fala.

Na próxima sessão seguem as considerações finais da presente pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades são ambientes complexos pois são compostas por diversas partes que se inter-relacionam e estão em constante estado de desequilíbrio e emergência. Desta forma, não podem ser compreendidas como resultado de um processo linear, mas um processo complexo (PORTUGALI, 2012). Elas são palcos para ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural, que possibilitam diferentes formas da população se organizar e expressar suas necessidades (GOHN, 2008). Neste contexto, e considerando os resultados da presente pesquisa, podemos compreender o papel motor que desempenham os grupos e movimentos insurgentes na transformação das cidades e da sociedade.

O objetivo principal deste trabalho foi compreender a dinâmica dos grupos insurgentes, suas características gerais, peculiaridades e interações com a gestão pública. Os grupos e movimentos insurgentes na perspectiva da gestão da cidade, pelo menos até a conclusão deste trabalho, ainda não haviam sido explorados com foco na gestão das cidades no âmbito nacional, mostrando a singularidade da presente pesquisa. Portanto, para alcançar o objetivo foram estabelecidos quatro objetivos específicos.

O primeiro objetivo específico foi verificar em qual contexto os grupos surgiram. Assim, verificou-se que todos os coletivos estudados surgiram na tentativa de suprir uma lacuna encontrada na sociedade, o que mostra seu caráter insurgente e emergente, confirmando a dinâmica *bottom up* que emerge como um fenômeno coletivo de reivindicação (JOHNSON, 2003).

Como verificado no campo empírico, esses movimentos surgem pela necessidade de uma demanda não atendida da população, como também por meio de uma reflexão sobre sua própria experiência (GOHN, 2010). Portanto, confirma o conceito de cidadania que tem como principal característica o sentimento de pertencimento a uma cidade ou comunidade além da luta pelo direito à cidade e a busca por uma cidade mais justa (HARVEY, 2014).

No cumprimento do segundo objetivo específico, buscou-se identificar características gerais dos grupos, como elementos de auto-organização, dinamicidade e insurgência, além de peculiaridades de cada grupo estudado. No campo pesquisado, todos os coletivos possuem características de auto-organização conforme conceito trazido por Portugalli (2013) e Teodoro (2015), que aborda o

surgimento espontâneo e emergente, além dos altos níveis de interação entre as pessoas, o que se transforma em fonte de criatividade, aprendizagem e inovação (SILVA, 2017).

No que tange à hierarquia dos coletivos, verificou-se que a descentralização, horizontalidade, multiliderança e informalidade são as principais características encontradas, o que confirma o caráter auto-organizado e complexo dos coletivos, visto que são compostos por diferentes atores que interagem de forma dinâmica por meio de regras próprias e não precisam de líderes, surgindo através do processo *bottom up* (JOHNSON, 2003).

Outro ponto a ser destacado no que tange às características dos coletivos estudados, está relacionado à questão financeira, visto que nenhum deles possuem ajuda ou apoio financeiro da gestão pública. A maioria se auto financiam quando necessitam desenvolver alguma atividade, ou seja, são independentes, com exceção do Ciclanas que pode contar com auxílio da Associação Ciclovida Fortaleza.

O contexto empírico estudado manifestou de maneira muito clara o conceito de cidadania diferenciada, trazido por Holston (2013), o qual afirma que, os cidadãos tratados de forma diferenciada se insurgem como forma de protesto a essa diferenciação. Assim, a cidadania diferenciada tem se mostrado um gatilho para que a cidadania insurgente aconteça e transforme a realidade encontrada. Portanto, podemos afirmar que as cidades não são criadas e nem transformadas por políticos e planejadores, mas por macro comportamentos amplificados nas cidades por meio das interações entre seus atores sociais (JOHNSON, 2003; JACOBS 2011).

No que diz respeito às peculiaridades dos coletivos, encontramos que muitas características são comuns aos diferentes coletivos, mas que algumas peculiaridades são encontradas devido a maturidade do coletivo e tipo de causa que defende. Destaca-se o Coletivo Afro Raízes, que, diferentemente do demais coletivos, afirma ter dificuldade quanto a aceitação de sua causa perante a sociedade, visto que a discussão sobre preconceito racial já está bem mais desenvolvida quando abordada sob a perspectiva de classes, mas não na abordagem de raças. Ainda sobre as peculiaridades, destaca-se também o Coletivo Ciclanas, que não se relaciona com a Gestão Pública e municipal, devido ao seu posicionamento político.

Os achados deste estudo para o terceiro objetivo específico (levantar as principais intervenções realizadas pelos grupos na cidade de Fortaleza) evidenciam três aspectos dessas intervenções: tipos de intervenção; abrangência das intervenções e consequências. No que diz respeito aos tipos de intervenções, essas são principalmente de carácter educativo e de protesto, foi identificado também que essas intervenções são realizadas em duas vertentes diferentes, as intervenções por meio tradicionais, de forma presencial e também por meio virtual, que acontece principalmente por meio das redes sociais como Facebook, Instagram e Twitter. Assim, consegue-se confirmar o que Lima (2015) aponta, sobre o papel de informação na sociedade em rede e tem aumentado de fato as formas associativas e conectado mais as pessoas que possuem uma causa comum. Com relação a abrangência, a maioria possui abrangência local, o que reforça que os coletivos surgem de demandas específicas e locais.

No que diz respeito às consequências das intervenções, verificou-se uma unanimidade com relação à consciência da força do trabalho em conjunto com outros grupos e movimentos, que somam suas forças coletivamente, visando transformações maiores e duradouras. Além de afirmarem que as intervenções ajudam a despertar a cidadania e trazem a noção de pertencimento, no que corrobora Gohn (2010), quando fala das consequências dos movimentos sociais e as ações coletivas para seus participantes e para a sociedade:

(...) agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Constituem e desenvolvem o chamado *empowerment* de atores da sociedade civil organizada à medida que (...) projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. (GOHN, 2010, p. 336).

Em relação ao quarto objetivo específico (compreender como acontecem interações desses grupos com outros grupos e com a gestão pública) foi encontrado que essas interações são mais fortes e frequentes entre grupos e movimentos, formando uma rede de articulação, com projetos e intervenções desenvolvidas em conjunto, o que gera mais mobilização e força aos movimentos insurgentes. Com relação às interações com a gestão pública, tanto estadual quanto municipal, estas interações são mais escassas e superficiais. Praticamente todos os coletivos se queixam da falta de apoio por parte da Gestão Pública.

Portanto, para uma melhor visualização dos principais resultados encontrados na presente pesquisa segue um quadro resumo abordando cada categoria analisada:

Quadro 4 – Resumos dos principais resultados encontrados

PRINCIPAIS RESULTADOS		
Surgimento	Dinâmica <i>bottom up</i>	Emerge dos cidadãos
		Reflexão da própria experiência vivenciada
		Caráter reivindicatório
		Necessidade não atendida
	Conceito de cidadania	Sentimento de Pertencimento
		Busca pelo Direito à cidade
Luta por uma cidade mais justa		
Características e Peculiaridades	Gerais	Auto-organização
		Espontaneidade
		Resistência
		Insurgência
		Emergência
		Altos níveis de Interação que geram: criatividade, aprendizado e inovação
		Regras próprias
	Hierarquia	Descentralização
		Horizontalidade
		Multiliderança
		Informalidade
	Questão financeira	São independentes
	Peculiaridades	Maturidade
		Tipo de causa
Intervenções	Tipos	Protesto
		Educativas
	Vertentes	Meio tradicional (presenciais)
		Meio Virtual (redes sociais)
	Abrangência	Local
	Principais consequências observadas	Despertar da cidadania
		Maior noção de pertencimento
		Criação de políticas públicas
Mudanças na comunidade		
Interações	Entre Coletivos - Mais fortes e frequentes	Formam uma rede de articulação
		Geram mais projetos em conjunto
		Mais mobilização e força
	Com a gestão pública- Superficial e escassa	Falta de apoio

Fonte: Elaborado pela autora

Diante dos resultados obtidos nessa pesquisa, revela-se importante que a Gestão Pública procure uma maior interação com esses grupos e movimentos, visto que esses Coletivos possuem grande noção e conhecimento empírico das necessidades reais da população, pois esses cidadãos vivenciam a cidade por meio da ação participante (LIMA, 2015).

Assim, como afirma Johnson (2003), o *feedback* local dos moradores e usuários se revela um aliado para o planejamento descentralizado e participativo. Esses grupos devem ser vistos pela Gestão Pública como colaboradores para um gerenciamento e planejamento mais eficaz da cidade. Mas, para que isso aconteça, é necessária a adoção de um modelo de gestão que fuja dos moldes tradicionais, que não têm dado respostas capazes de atender satisfatoriamente às necessidades da população. Assim, reforça-se a necessidade de uma nova visão para a gestão de cidades, com foco nas pessoas, numa sociedade mais justa e igualitária, por um modelo de gestão participativo e que proporcione um retorno real a sociedade (SANDERCOCK, 1998; FRIEDMANN, 1998; LIMENA, 2001; BATTY, 2007; SOUZA, 2010; JACOBS, 2011; LEFEBVRE, 2011; PORTUGALI, 2012).

Por fim, este trabalho traz como contribuição um ponto de vista social, que engloba a participação do cidadão na gestão das cidades. Tão importante quanto esta, outra contribuição deste trabalho está no ineditismo da abordagem para as ciências sociais aplicadas, em especial para a Administração, por contemplar um tema novo e pouco abordado.

Com relação às limitações desta pesquisa estão: (a) o tempo para imersão no grupos estudados, entendendo que, com mais tempo, poderia ter aprofundado mais na vivência de cada coletivo; (b) o teórico, visto que, por ser um tema novo, conta com poucos autores para o embasamento, além de ser um tema com foco em países em desenvolvimento, dificultando ainda mais o uso de autores estrangeiros; (c) os resultados não podem ser generalizados, pois tratam-se de grupos e movimentos que estão em constante mudança, além de suas características que variarem conforme o tipo de atuação e causas defendidas; (d) a técnica de entrevista semi-estruturada, pois leva consigo certa subjetividade, por vezes difícil de mensurar, visto que necessita do conhecimento prévio e entendimento do contexto tanto por parte do entrevistador, quanto por parte do respondente, sobre assuntos que nem sempre são do seu total conhecimento; (e) a

falta de disponibilidade dos membros dos coletivos para entrevistas em profundidade.

Para futuras pesquisas sugere-se: o estudo de outros coletivos que abordem temáticas diferentes, com intuito de aprofundar os achados deste estudo; um estudo mais aprofundado das relações da Gestão Pública com os coletivos e movimentos urbanos, pois, assim, contribuiria para a ampliação do conhecimento sobre tema no campo da insurgência cidadã como motor para a gestão de cidades; e a realização de estudos de casos que utilizem modelos de gestão que captem de maneira mais adequada as contribuições desses grupos e movimentos.

Finalmente, espera-se que a pesquisa aqui desenvolvida seja útil e sirva de inspiração para estudiosos, acadêmicos e profissionais da área, contribuindo para o avanço de novas pesquisas, com intuito de fortalecer o campo da gestão de cidades pela lente da complexidade e da emergência.

A importância do desenvolvimento de outros estudos sobre o tema justifica-se também pela pouca literatura existente, tanto no nível nacional como no internacional, fazendo-se necessária a formação de uma massa crítica cujo pontos de formação podem estar nas constatações advindas do campo empírico, o qual se torna referência relevante em situações de escassez de estudos teóricos sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. C. de. Mapa inacabado da complexidade. In: DA SILVA, A. A. D. da; GALENO, A. (Orgs.). **Geografia: ciência dos complexus – ensaios transdisciplinares**. Porto Alegre: Sulina, 2004. p.9-41.
- ALVES, Paulo Roberto Ramos. A gestão jurídico-organizacional do risco biotecnológico: auto-organização e responsabilidade coletiva. **Revista Brasileira de Direito**, v. 9, n. 1, p. 157-185, 2013.
- ALVES, Valter Vinicius Vetore; GABRIEL, Kelton. Cidade, planejamento e gestão urbana: o estudo de impacto de vizinhança (eiv) e a participação popular. **Caminhos de Geografia**, v. 14, n. 46, 2014.
- ATLAN, H. **Entre o cristal e a fumaça**: ensaio sobre a organização do ser vivo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, PT: Edições 70, 2011.
- BARROS, Carolina Mendonça Fernandes de; ROCHA, Eduardo. **Fractando Conceitos do Urbanismo na Arquitetura Contemporânea**. [S.l.:s.n.], 2011.
- BATTY, M. The Size, Scale, and Shape of Cities. **Science**, v. 319, p. 769-771, 2008.
- BAUER, R. **Gestão da mudança**: caos e complexidade nas organizações. São Paulo: Atlas, 2009.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- COLETIVO AFRO RAÍZES (@coletivoafroraizes). **Instagram**. Disponível em: <<https://www.instagram.com/coletivoafroraizes/>>. Acesso em: 5 set. 2018.
- COLETIVO CICLANAS (@ciclanas). **Instagram**. Disponível em: <<https://www.instagram.com/ciclanas/>>. Acesso em: 5 set. 2018.
- COLETIVO DOIS VETIM (@coletivo.doisvetim). **Instagram**. Disponível em: <<https://www.instagram.com/coletivo.doisvetim/>>. Acesso em: 5 set. 2018.
- COWAN, George A.; PINES, Davis; MELTZER, David (Eds.). **Complexity: metaphors, models, and reality**. Massachusetts, MA: Addison-Wesley, 1994.
- DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando. In: _____. **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.
- DE LIMA, Carlos Henrique. A cidade insurgente: estratégias dos coletivos urbanos e vida pública. **Arquitetura revista**, v. 10, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193631448005>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. [S.l.]: Atlas, 2000.

DENCKER, Aroldo. **Turismo**: como aprender, como ensinar. São Paulo: Senac, 1998.

FERRÃO, João. Intervir na cidade: complexidade, visão e rumo. In: PORTAS, Nuno; DOMINGUE, S Álvaro; CABRAL, João. **Políticas urbanas**: tendências, estratégias e oportunidades. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. p. 218-225.

FREITAS, C. F. S. Planejamento pelo direito à cidade e as práticas insurgentes na periferia de Fortaleza. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 17., 2017. São Paulo. **Anais...** São Paulo: ENAMPUR, 2017.

FRIEDMANN, John. The New Political Economy of Planning: the Rise of Civil Society. In: DOUGLAS, Mike; FRIEDMANN, John (Eds.). **Cities and Citizens**. New York: John Wiley & Sons, 1998.

GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som**: um Manual prático. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 90-113.

GERSHENSON, Carlos; HEYLIGHEN, Francis. When can we call a system self-organizing?. **Advances in artificial life**, v. 5, p. 606-614, 2003.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010. 190 p

GOHN, Maria da Glória. O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. In: _____. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGS e redes solidárias. [S.l.:s.n.], 2008.

GUERRA, Paula. A cidade na encruzilhada do urbano: elementos para uma abordagem de um objecto complexo. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 13, n. 5, 2017.

GONZALEZ, I.M.L.; PELLEGRINI, M.E.Q.; ANDRADE, A.M.; (Orgs.). Auto-organização: estudos interdisciplinares. **Coleção CLE**, v.66 , p. 415-438, 2014.

HÖLLDAMPF, Katja; ROTHFUSS, Eberhard. Auto-organização urbana em bairros desprivilegiados: possibilidades e limites para a articulação autônoma em Salvador, Bahia. **GeoTextos**, v. 9, n. 1, 2013.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. [S.l.]: Companhia das Letras, 2013.

HORI, Paula. Os Coletivos Urbanos da cidade de São Paulo: ações e reações. ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 17., 2017. São Paulo. **Anais...** São Paulo: ENAMPUR, 2017.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. [S.l.]: Martins Fontes, 2011.

JOHNSON, S. **Emergência**: a vida integrada de formigas, cérebros, cidades e softwares. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

LAMB, Richard Henry. et al. **Complexidade em arquitetura e urbanismo**: uma avaliação das ciclovias em Florianópolis, Brasil. 2006. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

LEFEBVRE, H. O Direito a Cidade. São Paulo: 5ª ed. Editora Centauro, 2011.
LIMA, C. H; A Cidade em movimento: práticas insurgentes no ambiente urbano. **Oculum Ensaio**, v. 12, jan./abr. 2015.

LIMENA, María; CAVALCANTI, MARGARIDA. Cidades Complexas no Século XXI: ciência, técnica e arte. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 3, p. 37-44, 2001.

MARIOTTI, Humberto. **Pensamento complexo**. São Paulo: Atlas, 2007.

MATURANA, H. R.; VARELA, F. J. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas da compreensão humana. [S.l.]: Palas Athena, 2001.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013

MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Porto Alegre: Sulinas, 2005.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005

MOVIMENTO PRÓ-ÁRVORE (@movimentoproarvore). **Facebook**. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/MovimentoProArvore/photos/?ref=page_internal>. Acesso em: 5 set. 2018.

NAVEIRA, Ruben Bauer. Caos e complexidade nas organizações. **Revista de Administração Pública**, v. 32, n. 5, p. 69-80, 1998

NIQUE, Walter; LADEIRA, Wagner. **Pesquisa de marketing**: uma orientação para o mercado brasileiro. São Paulo: Atlas, 2014.

NONAKA, I. TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

OLIVEIRA, Clara Costa. O Movimento da Auto-Organização e seus Contributos para a Educação. **Reflexão e Ação**, v. 21, n. 2, p. 335-350, 2013.

OLIVEIRA, Luis Felipe de. A Criação e a estuda musicais a partir do conceito de auto-organização. In: BROENS, M. C.; MORAES, J. A.; SOUZA, E. A. (Eds.). **Informação, Complexidade e Auto-Organização: estudos interdisciplinares**. Campinas: Coleção CLEC, 2015. v.73, p. 239-255.

PINHEIRO, Liliane Vieira et al. **O desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias na perspectiva dos desafios da pós-modernidade: diretrizes sob o olhar da Teoria da Complexidade e da Análise de Domínio**. [S.l.:s.n.], 2017.

PINTO, F. Roberto; CARVALHO, Hermano J. Batista; CÂMARA, Samuel Façanha. Gestão Inteligente de Cidades: a complexidade e a inovação na gestão dos aglomerados urbanos. In: CONGRESSO DE ADMINISTRAÇÃO, SOCIEDADE E INOVAÇÃO, 4., 2015. Volta Redonda. **Anais...** Volta Redonda: [s.n.], 2015.

PONCHIROLLI, Osmar. A teoria da complexidade e as organizações. **Revista Diálogo Educacional**, v. 7, n. 22, 2007.

PORTUGALI, J. Complexity Theories of Cities: achievements, criticism and potentials. In: ___. **Complexity Theories of Cities Have Come Age: an overview with implications to urban planning and design**. Berlin: Springer-Verlag Berlin Heidelberg, 2012.

PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. **A nova aliança: metamorfose da ciência**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e estado**, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006.

SENGE, P. **A quinta disciplina: arte e prática da organização de aprendizagem**. São Paulo: Best Seller, 1997.

SERVA, Maurício; DIAS, Taisa; ALPERSTEDT, Graziela Dias. Complexity paradigm and theory of organizations: an epistemological reflection. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 3, p. 276-287, 2010.

SILVA, E. L. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005. 138p.

SILVA, Marcelo Martins. Insurgência e conservadorismo: considerações sobre o paradoxo da cidadania no Brasil. **Revista Em Pauta**, v. 15, n. 39, 2017.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2010.

_____. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SANDERCOCK, L. Space of insurgent citizenship. In: SANDERCOCK, Leonie (Org.). **Making invisible visible: a multicultural planning history**. Berkely, Los Angeles, London: University of California Press, 1998. p. 1- 33.

TASSINARI, Ricardo Pereira; FERRAZ, Alexandre Augusto; PESSOA, Kátia Batista Camelo. In: BRESCIANI FILHO, E.; D'OTTAVIANO. **Jean Piaget, Arauto da Auto-Organização, e Algumas de suas Contribuições ao Estudo da Auto-Organização**. [S.l.:s.n.], 2016.

TEODORO, P. H. M. Sustentabilidade e cidade: a complexidade na teoria e prática. **Coleção PROPG Digital (UNESP)**, v. 5, n. 2, 2013.

TEODORO, P. H. M. Sustentabilidade, espaço urbano e complexidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 42, n. 1, 2015.

VASCONCELLOS, Aurea R.; RODRIGUES, Clóves G.; LUZZI, Roberto. Complexidade, auto-organização e informação em sistemas dinâmicos. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 37, n. 2, 2015.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2014.

WOOD, T. **Mudança Organizacional: aprofundando temas atuais em organização**. São Paulo: Atlas, 1995.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. [S.l.:s.n.], 2001. p. 287-298.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista com os membros dos grupos insurgentes

Surgimento e História

- 1) Como surgiu o grupo?
- 2) Qual a trajetória do grupo do surgimento até hoje?
- 3) O grupo é formalmente legalizado?
- 4) Qual a aceitação do grupo pela comunidade?

Características gerais e peculiaridades de cada grupo (auto-organização, dinamicidade, insurgência)

- 5) O grupo possui líderes? Como são eleitos ou escolhidos?
- 6) O grupo possui hierarquia formal?
- 7) Como é a organização do Grupo?
- 8) Como angariam fundos para o movimento?
- 9) Como administram os recursos?
- 10) Como acontecem as reuniões? Como se comunicam? Utilizam de documentos formais?
- 11) Como idealizam e definem as intervenções, pautas e estratégias do grupo?
- 12) Como recrutam novos membros?
- 13) Como se dá a participação dos membros? De que forma ocorre a participação (voluntária/por escolha/ aptidão/ por projeto)?
- 14) Como interagem com outros coletivos?
- 15) Possuem algum financiamento público ou privado?
- 16) Possuem algum tipo de parceria, se sim, como acontecem?

Intervenções e consequências

- 17) Quais intervenções já realizaram ou realizam na cidade?
- 18) Qual a frequência dessas intervenções?
- 19) Qual abrangência das intervenções?
- 20) Com as intervenções vocês conseguiram o alcance desejado?
- 21) Essas intervenções transformaram a cidade e de que maneira?

- **Interações com gestão pública**

22) Possuem contato com poder público? Com que órgão?

23) De que forma acontece ou aconteceu o contato (interação) com poder público? De maneira espontânea, vocês foram convidados ou procuraram esse contato?

24) Tem apoio ou recebem verba de algum órgão público? Se sim, como acontece esse apoio?

25) Alguma intervenção do grupo fizeram a prefeitura criar uma política pública? Me relata como isso aconteceu?

26) Vocês acreditam que influenciam na gestão pública da cidade? De que maneira?

APÊNDICE B – Documentos protocolares da pesquisa qualitativa.

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Pelo presente termo, a signatária, PATRÍCIA GÊMILY GRENFELL DE OLIVEIRA aluna do curso de Mestrado Acadêmico em Administração da Universidade Estadual do Ceará (UECE), em fase de pesquisa de campo, se compromete a manter as suas fontes de informação em total anonimato. Neste sentido, não fará a identificação do entrevistado na redação final dos relatórios.

Fortaleza, _____ de _____ de 2018.

PATRÍCIA GÊMILY GRENFELL DE OLIVEIRA
Mestranda UECE

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, _____, sendo conhecedor(a) do tema e metodologia utilizados pela aluna do Curso de Mestrado Acadêmico em Administração da Universidade Estadual do Ceará (UECE), consinto em participar da pesquisa conduzida pelo mesmo. Entendo que toda e qualquer informação prestada por mim no decorrer da(s) entrevista(s) poderá ser utilizada na escritura de relatórios referentes à pesquisa. Entendo também que as entrevistas podem ser gravadas. É acertado entre mim, signatário(a) deste termo, e o aluno, que todas as possibilidades de identificação enquanto entrevistado devem ser impedidas.

Fortaleza, _____ de _____ de 2018.

Assinatura: _____